



ESTADO de SÍTIO

STEPHEN GRAHAM

# CIDADES SITIADAS

O NOVO URBANISMO MILITAR

LIMBO

© desta edição, Boitempo, 2016  
© Stephen Graham e Verso (the imprint of New Left Books), 2011

Título original: *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*

*Direção editorial* Ivana Jinkings  
*Edição* Isabella Marcatti  
*Coordenação de produção* Livia Campos  
*Assistência editorial* Thaisa Burani  
*Tradução* Alyne Azuma  
*Preparação* André Albert  
*Revisão* Clara Altenfelder  
*Capa* Ronaldo Alves  
Sobre foto de San Leandro Privacy, *Singapore Police - Urban Shield* [Polícia de Singapura - Defesa Urbana], 2014  
*Diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio*

Allan Jones, Ana Yumi Kajiki, Artur Renzo, Bibiana Leme, Eduardo Marques,  
Elaine Ramos, Giselle Porto, Ivam Oliveira, Kim Doria, Leonardo Fabri, Marlene Baptista,  
Maurício Barbosa, Renato Soares, Thaís Barros, Túlio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G769c

Graham, Stephen

Cidades sitiadas : o novo urbanismo militar / Stephen Graham ; tradução  
Alyne Azuma. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

(Estado de Sítio)

Tradução de: *Cities under siege: the new military urbanism*

Inclui índice

gráficos

ISBN 978-85-7559-499-5

1. Urbanismo. 2. Geografia. I. Título. II. Série.

16-33595

CDD: 711.4

CDU: 711.4

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: agosto de 2016

BOITEMPO EDITORIAL  
Jinkings Editores Associados Ltda.  
Rua Pereira Leite, 373  
05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.blogdaboitempo.com.br

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/tvboitempo

## SUMÁRIO

Apresentação – Cidades e militarização, de “Norte” a “Sul” .....	11
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	
Agradecimentos .....	19
Introdução – “Alvo interceptado...” .....	23
1. A guerra volta à cidade .....	49
2. Mundos maniqueístas .....	91
3. O novo urbanismo militar .....	121
4. Fronteiras onipresentes .....	157
5. Sonhos de um robô da guerra .....	221
6. Arquipélago de parque temático.....	257
7. Lições de urbicídio.....	301
8. Desligando cidades .....	345
9. Guerras de carro .....	393
10. Contrageografias.....	443
Fonte das imagens .....	479
Índice remissivo.....	483
Sobre o autor.....	505

## Introdução

### “ALVO INTERCEPTADO...”

Em 14 de novembro de 2007, Jacqui Smith, então ministra do Interior do Reino Unido, anunciou uma das mais ambiciosas tentativas já empreendidas por um Estado de rastrear e vigiar sistematicamente todas as pessoas que entrassem e saíssem do território por ele controlado. O altamente controverso programa e-Borders procura fazer uso de sofisticados algoritmos de computador e técnicas de mineração de dados para identificar indivíduos ou atitudes “ilegais” ou hostis antes que ameçassem as fronteiras do território do Reino Unido. O programa utiliza uma tecnologia desenvolvida pelo consórcio Trusted Borders, liderado pela gigantesca corporação de defesa Raytheon.

O projeto e-Borders se baseia em um sonho de onisciência tecnológica: rastrear todos os que passem pelas fronteiras do Reino Unido, usando registros de atividades passadas e associações para identificar ameaças futuras antes que se materializem. Smith prometeu que, quando o sistema finalmente estivesse funcionando, em 2014 – ainda que muitos afirmem que é impraticável –, o controle e a segurança nas fronteiras do Reino Unido seriam restabelecidos, em um mundo radicalmente móvel e inseguro<sup>1</sup>. “Todos os viajantes que forem para a Inglaterra passarão pela filtragem de listas de pessoas barradas e listas de alvos a interceptar”, ela previu. “Junto com vistos biométricos, isso vai ajudar a manter os problemas longe da nossa costa... Além da checagem dupla mais rigorosa na

<sup>1</sup> O Ministério do Interior do Reino Unido gastou pelo menos £ 830 milhões entre 2003 e 2015. Mas os projetos foram um fracasso porque os sonhos de controle absoluto eram excessivamente ambiciosos e, de fato, impraticáveis no contexto das fronteiras tão complexas e tão tensas.

fronteira, carteiras de identidade para estrangeiros que vivem no país logo fornecerão uma checagem tripla”<sup>2</sup>.

A linguagem de Smith – “lista de alvos”, “filtragem”, “vistos biométricos” e assim por diante – é muito reveladora. A gigantesca proliferação global de projetos de vigilância governamental altamente tecnófilos como o programa e-Borders é um sinal da impressionante militarização da sociedade civil – a extensão das ideias militares de rastreamento, identificação e seleção nos espaços e meios de circulação da vida cotidiana. De fato, projetos como esse são mais do que reações do Estado a ameaças à segurança que estão em mutação. Em um mundo marcado pela globalização e pela crescente urbanização, eles representam tentativas drásticas de traduzir antigos sonhos militares de onisciência e racionalidade altamente tecnológicas para o controle da sociedade civil urbana.

Estando atualmente a segurança e a doutrina militar nos Estados ocidentais centradas na tarefa de identificar insurgentes, terroristas e uma vasta gama de ameaças ambientais no caos da vida urbana, esse fato se torna ainda mais claro. Além do mais, seja nas filas do aeroporto Heathrow, nas estações do metrô de Londres ou nas ruas de Cabul e Bagdá, a doutrina da vez enfatiza que é preciso encontrar maneiras de identificar tais pessoas e ameaças antes que seu potencial letal seja concretizado, dado que elas hoje são efetivamente impossíveis de distinguir em meio à população urbana mais ampla. Portanto, há um esforço nas cidades, tanto no coração capitalista do Norte global quanto na periferia e nas fronteiras coloniais do mundo, para estabelecer sistemas de monitoramento de alta tecnologia que vasculhem dados acumulados do passado para identificar ameaças futuras.

<sup>2</sup> Nicole Kobe, “£650 million e-borders contract to Raytheon group”, *IT Pro*, 14 nov. 2007. Disponível em: <www.itpro.co.uk/139053/650-million-e-borders-contract-to-raytheon-group>. Acesso em: 21 maio 2016. Em uma curiosa ironia, outra forma de vigilância – um registro de fatura de material *pay-per-view* – quase forçou Smith a renunciar no fim de março de 2009, quando se descobriu que ela tentou declarar as despesas do hábito do marido de assistir a conteúdos pornográficos como um gasto parlamentar. No mesmo mês, um escândalo posterior de membros do Parlamento abusando desses gastos a colocou, e também a muitos de seus colegas, sob pressão. Smith acabou renunciando em junho de 2009.

## Os filhos deles contra o nosso silício

Na raiz dessas visões de guerra e segurança no mundo pós-Guerra Fria estão fantasias em que o Ocidente faz uso de seu incontestável poder tecnológico para restabelecer sua declinante supremacia militar, econômica e política. “Em nosso território e lá fora”, escreveram os estudiosos de segurança estado-unidenses Mark Mills e Peter Huber na publicação de direita *City Journal*, um ano depois dos ataques de 11 de Setembro, “vão acabar sendo os filhos deles contra o nosso silício. Nosso silício vai ganhar”<sup>3</sup>.

Huber e Mills preveem um futuro próximo saído diretamente do filme *Minority Report – A nova lei*. Para eles, toda uma série de sistemas de vigilância e rastreamento emerge na esteira de modos de consumo, comunicação e transporte de alta tecnologia para permear todos os aspectos da vida nas cidades ocidentais. Comparando constantemente o comportamento atual dos indivíduos com vastos bancos de dados que registram eventos e associações passados, esses sistemas de rastreamento – de acordo com o argumento – vão sinalizar automaticamente quando os corpos, espaços e sistemas de infraestrutura das cidades estiverem prestes a sofrer um ataque terrorista. Assim, o que Huber e Mills chamam de “alvos confiáveis” ou “cooperativos” são constantemente separados dos “não cooperativos” e seus esforços de usar sistemas postais, elétricos, de internet, financeiros, aéreos e de transporte como meios de projetar resistência e violência. Aliás, a visão de Huber e Mills pede que sistemas de segurança e vigilância em estilo aeroportuário passem a abranger cidades e sociedades inteiras utilizando, em sua base, os meios de consumo e mobilidade de alta tecnologia que já estão estabelecidos nas cidades ocidentais.

Quanto às fronteiras coloniais resistentes, os autores, como muitos teóricos militares e de segurança estado-unidenses, sonham com um aparato de guerra contrainsurgente contínuo, automatizado e robotizado. Usando sistemas semelhantes àqueles empregados nas cidades norte-americanas, mas desta vez com o poder soberano para matar com autonomia, eles imaginam que as tropas estado-unidenses podem ser poupadas do trabalho sujo de lutar e matar em solo nas zonas fronteiriças em rápida urbanização. Enxames de pequenos *drones* armados, equipados com sensores avançados e em comunicação uns

<sup>3</sup> Mark Mills e Peter Huber, “How Technology Will Defeat Terrorism”, *City Journal*, Nova York, v. 12, n. 1, 2002.

com os outros, serão então empregados para vagar permanentemente sobre as ruas, os desertos e as estradas. Huber e Mills sonham com um futuro em que esses enxames de guerreiros robotizados vão trabalhar sem descanso para “emitir poder de destruição com precisão, critério e a partir de uma distância segura – semana após semana, ano após ano, enquanto for necessário”<sup>4</sup>.

Essas fantasias de onipotência *high-tech* são muito mais do que ficção científica. Além de desenvolver o programa e-Borders no Reino Unido, a Raytheon também é, por exemplo, líder na produção tanto de mísseis de cruzeiro quanto de *drones* não tripulados usados com regularidade pela CIA para realizar incursões assassinas pelo Oriente Médio e pelo Paquistão desde 2002. A Raytheon também está no centro de uma série de projetos militares estado-unidenses bastante reais, nos quais *softwares* são desenvolvidos para programar armas robotizadas a mirar e matar inimigos de modo autônomo, sem nenhum envolvimento humano, como Huber e Mills anteviram.

### O novo urbanismo militar

A transição entre o uso militar e civil de tecnologia avançada – entre a vigilância e o controle da vida cotidiana nas cidades ocidentais e as agressivas guerras de colonização e de recursos – está no cerne de um conjunto muito mais amplo de tendências que caracteriza o novo urbanismo militar. Claro, os efeitos observados no cenário ocidental urbano são muito diferentes daqueles vistos em zonas de guerra. Mas, fundamentalmente, seja qual for o ambiente, esses atos de violência de alta tecnologia têm por base um mesmo conjunto de ideias.

A mudança paradigmática que torna os espaços comuns e privados das cidades, bem como sua infraestrutura – e suas populações civis –, fonte de alvos e ameaças é fundamental para o novo urbanismo militar. Isso se manifesta no uso da guerra como metáfora dominante para descrever a condição constante e irrestrita das sociedades urbanas – em guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança. Esse advento incorpora a militarização sub-reptícia de uma ampla gama de debates de política interna, paisagens urbanas e circuitos de infraestrutura urbana, além de universos inteiros de cultura popular e urbana. Leva à difusão furtiva e

<sup>4</sup> Idem.

insidiosa de debates militarizados sobre “segurança” em todos os aspectos da vida. Juntos, mais uma vez, eles lutam para trazer ideias essencialmente militares de guerra, e de sua preparação, para o centro da vida cidadina comum e cotidiana.

A militarização insidiosa da vida nas cidades ocorre em uma época em que a humanidade se tornou uma espécie predominantemente urbana pela primeira vez em seus 150 mil anos de história. Ela ganha força a partir dos múltiplos circuitos de militarização e securitização que, até o momento, não foram considerados em conjunto nem vistos como um todo. É a essa tarefa que este livro se dedica.

À guisa de introdução, e para oferecer uma amostra do impressionante leque de circuitos políticos, sociais e culturais que atualmente estão sendo colonizados pelo novo urbanismo militar, vale a pena apresentar suas cinco características principais.

### Urbanização da segurança

Assim como as previsões de Huber e Mills para o futuro, o novo urbanismo militar, em toda a sua complexidade e o seu alcance, se apoia em uma ideia central: técnicas militarizadas de rastreamento e triagem precisam colonizar permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana tanto na “pátria”<sup>\*</sup> quanto nas cidades do Ocidente, bem como nas fronteiras neocoloniais do mundo. Para os mais recentes gurus militares e de segurança, isso é considerado crucial, a única maneira adequada de lidar com as novas realidades daquilo que chamam de guerra “assimétrica” ou “irregular”.

Essas guerras colocam terroristas ou insurgentes internacionais contra a segurança de alta tecnologia, as forças militares e de inteligência de Estados-nação e seus leques cada vez maiores de aliados privados e corporativos. Sem fardas, de modo geral indistinguíveis da população urbana, guerreiros não estatais, milicianos, insurgentes e terroristas espreitam, invisíveis, graças ao anonimato oferecido pelas cidades em desenvolvimento do mundo (em

<sup>\*</sup> No original, *homeland*, que pode ser tanto a terra natal de alguém quanto o território ou a área destinada ao povo de determinada nação, cultura, raça ou etnia. Assim, dependendo do contexto, o termo foi traduzido ora como “pátria”, ora como “interior”, ora como “interno”, ora como “nacional” ou, quando nenhuma das opções em português dava conta do sentido completo, mantido no original. (N. T.)

especial os distritos informais em rápido crescimento). Eles exploram e miram os condutos em espiral e as artérias que conectam as cidades modernas: a internet, o YouTube, a tecnologia de GPS, os celulares, as viagens de avião, o turismo global, a imigração internacional, os sistemas portuários, as finanças globais e até os serviços de correio e as redes elétricas.

Os atentados terroristas em Nova York, Washington, Madri, Londres e Mumbai (para citar alguns alvos desses ataques), ao lado das agressões militares estatais a Bagdá, Gaza, Nablus, Beirute, Grozny, Mogadíscio e Ossétia do Sul, demonstram que a guerra assimétrica é o veículo para a violência política que atravessa espaços transnacionais. Cada vez mais, os conflitos contemporâneos ocorrem em supermercados, edifícios, túneis do metrô e distritos industriais, em vez de campos abertos, selvas ou desertos.

Tudo isso significa que, talvez pela primeira vez desde a Idade Média, a geografia localizada das cidades e os sistemas que as entrelaçam começam a dominar as discussões em torno da guerra, da geopolítica e da segurança. Na nova doutrina militar da guerra assimétrica – também rotulada de “conflito de baixa intensidade”, “*netwar*”, a “guerra longa” ou “guerra de quarta geração” –, locais prosaicos e cotidianos, áreas de circulação e espaços da cidade estão se tornando o principal “campo de batalha”<sup>5</sup> tanto em território nacional quanto no exterior.

Nesse contexto, a doutrina de segurança e militar ocidental está sendo rapidamente repensada de maneiras que obscurecem dramaticamente a separação jurídica e operacional entre policiamento, inteligência e militarismo; as distinções entre guerra e paz; e entre operações locais, nacionais e globais. Cada vez mais, guerras e mobilizações associadas deixam de ser restritas pelo tempo e pelo espaço e, em vez disso, se tornam, na mesma medida, ilimitadas e mais ou menos permanentes. Ao mesmo tempo, centros de poder estatal empregam cada vez mais recursos tentando separar figuras consideradas malignas e ameaçadoras daquelas consideradas valiosas e ameaçadas dentro dos espaços cotidianos e das infraestruturas que as entrelaçam. Em vez de direitos legais e humanos e de sistemas jurídicos baseados na cidadania universal, essas políticas de segurança emergentes se fundamentam na elaboração de perfis de indivíduos, locais, comportamentos, associações e grupos. Tais práticas atribuem a esses sujeitos categorias de risco baseadas em suas

<sup>5</sup> Ver Tim Blackmore, *War X: Human Extensions in Battlespace* (Toronto, University of Toronto Press, 2005).

importantes associações com violência, desordem ou resistência contra as ordens geográficas dominantes que sustentam o capitalismo neoliberal global.

No Ocidente, essa mudança ameaça reorganizar as concepções de cidadania e limites nacionais, fundamentais ao conceito de Estado-nação ocidental desde meados do século XVII. A obsessão cada vez maior com perfis de risco pode usar as ferramentas de segurança nacional para desmantelar ideias que alimentam a concepção de cidadania nacional universal. Por exemplo, os norte-americanos já estão pressionando a Inglaterra para introduzir um novo sistema de vistos para cidadãos do Reino Unido com vínculos próximos com o Paquistão que quiserem visitar os Estados Unidos. Em outras palavras, esses fatos ameaçam estabelecer práticas de fronteira *dentro* dos espaços dos Estados-nação – desafiando a definição do “interior” e do “exterior” geográfico e social de comunidades políticas. O processo se equipara, por sua vez, à erupção de pontos de fronteira dentro dos limites territoriais das nações, em aeroportos, portos de carga, terminais de internet e estações ferroviárias de trens expressos.

Ao mesmo tempo, o alcance dos braços de policiamento, segurança e inteligência dos governos também está indo além dos limites territoriais nacionais, conforme sistemas de vigilância global são criados para monitorar os sistemas aéreos, portuários, comerciais, financeiros e de comunicação mundiais. Os programas eletrônicos de fronteiras, por exemplo – como o da Raytheon no Reino Unido –, estão sendo integrados aos sistemas transnacionais para que os passageiros tenham seus dados de comportamento e associações minerados antes mesmo de tentarem embarcar em aviões para a Europa e para os Estados Unidos. Os poderes de policiamento também estão se estendendo para além das fronteiras dos Estados-nação. O Departamento de Polícia de Nova York, por exemplo, estabeleceu recentemente uma rede de dez escritórios no exterior como parte de seus crescentes esforços antiterrorismo. O policiamento extranacional prolifera nos encontros de cúpula política e nos eventos esportivos internacionais. Em um movimento paralelo, campos de refugiados e exilados cada vez mais se constituem de forma “*offshore*”, para serem mantidos fora dos limites territoriais das nações capitalistas ricas, de modo que se armazene e lide de maneira invisível e a distância com corpos humanos considerados malignos, indignos ou ameaçadores.

A expansão dos poderes da polícia para além das fronteiras nacionais ocorre enquanto as forças militares estão sendo alocadas com regularidade cada vez maior entre as nações ocidentais. Recentemente, os Estados Unidos

estabeleceram pela primeira vez um comando militar para a América do Norte: o Northern Command [Comando Norte]<sup>6</sup>. Antes disso, essa era a única parte do mundo não coberta dessa maneira. O governo estado-unidense também reduziu de maneira gradual antigas barreiras legais ao posicionamento de militares dentro de cidades do país. Hoje em dia, exercícios de treinamento de guerra urbanos ocorrem com regularidade em cidades dos Estados Unidos, simulando crises de “segurança nacional”, bem como desafios de pacificação de rebeliões nas cidades das periferias coloniais no Sul global. Além do mais, em uma convergência expressiva de doutrina e tecnologia, satélites *high-tech* e *drones* desenvolvidos para monitorar inimigos da distante Guerra Fria ou insurgentes estão sendo cada vez mais usados dentro das cidades ocidentais.

### O bumerangue de Foucault

O novo urbanismo militar se alimenta de experiências com estilos de objetivos e tecnologia em zonas de guerra coloniais, como Gaza ou Bagdá, ou operações de segurança em eventos esportivos ou cúpulas políticas internacionais. Essas operações funcionam como um teste para a tecnologia e as técnicas a serem vendidas pelos prósperos mercados de segurança nacional ao redor do mundo. Por processos de imitação, modelos explicitamente coloniais de pacificação, militarização e controle, aperfeiçoados nas ruas do Sul do globo, se espalham pelas cidades dos centros capitalistas do Norte. Essa sinergia, entre operações de segurança nacional e internacional, é a segunda característica fundamental no novo urbanismo militar.

O pesquisador de estudos internacionais Lorenzo Veracini diagnosticou um dramático ressurgimento contemporâneo da importação de alegorias e técnicas tipicamente coloniais para a administração e o desenvolvimento de cidades nos centros metropolitanos da Europa e da América do Norte. Ele argumenta que esse processo está servindo para desfazer, de maneira gradual, uma “distinção clássica e antiga entre a faceta exterior e a interior da situação de colônia”<sup>7</sup>.

É importante destacar, então, que o ressurgimento de estratégias e técnicas explicitamente coloniais entre Estados-nação como os Estados Unidos,

<sup>6</sup> Ver <www.northcom.mil>. Acesso em: 21 maio 2016.

<sup>7</sup> Lorenzo Veracini, “Colonialism Brought Home: On the Colonization of the Metropolitan Space”, *Borderlands*, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em: <www.borderlands.net.au>. Acesso em: 31 mar. 2016.

o Reino Unido e Israel no período “pós-colonial” contemporâneo<sup>8</sup> envolve não apenas o uso de técnicas do novo urbanismo militar em zonas de guerra no exterior, mas sua difusão e imitação por meio da securitização da vida urbana ocidental. Assim como no século XIX as nações colonialistas europeias importaram o uso de impressões digitais, as prisões panópticas e a construção de *boulevards* haussmannianos para implantá-los nos bairros rebeldes de suas cidades depois de os terem experimentado em fronteiras colonizadas, as técnicas coloniais hoje funcionam por meio do que Michel Foucault chamou de “efeito bumerangue”<sup>9</sup>. “Jamais deve-se esquecer”, afirmou Foucault,

que, enquanto a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, obviamente transportou modelos europeus para outros continentes, ela também teve um considerável efeito bumerangue nos mecanismos de poder do Ocidente e nos aparatos, nas instituições e nas técnicas de poder. Toda uma série de modelos coloniais foi trazida de volta ao Ocidente, e o resultado foi que este pôde praticar algo que se parece com a colonização, ou um colonialismo interno, em si mesmo.<sup>10</sup>

No período contemporâneo, o novo urbanismo militar está marcado por – e, na realidade, consiste em – uma miríade de chocantes casos de efeito bumerangue foucaultiano, elaborados detalhadamente em boa parte deste livro. Por exemplo, *drones* israelenses desenvolvidos para verticalmente subjugar e ter palestinos como alvo são rotineiramente utilizados hoje em dia pelas forças policiais na América do Norte, na Europa e na Ásia Oriental. Operadores privados das prisões de segurança máxima nos Estados Unidos estão bastante envolvidos na administração do arquipélago global que organiza o encarceramento e a tortura, em franco crescimento desde o início da “Guerra

<sup>8</sup> Ver Derek Gregory, *The Colonial Present* (Oxford, Blackwell, 2004); David Harvey, *The New Imperialism* (Oxford, Oxford University Press, 2005) [ed. bras.: *O novo imperialismo*, trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo, Loyola, 2005].

<sup>9</sup> Michel Foucault, *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975-76* (Londres, Allen Lane, 2003), p. 103 [ed. bras.: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*, trad. Maria Ermantina Galvão, São Paulo, Martins Fontes, 1999]. Sobre panoptização, ver Tim Mitchell, “The Stage of Modernity”, em Tim Mitchell (org.), *Questions of Modernity* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 2000), p. 1-34. Sobre planejamento haussmanniano, ver Eyal Weizman, entrevista com Phil Misselwitz, “Military Operations as Urban Planning”, *Mute Magazine*, ago. 2003. Disponível em: <www.metamute.org>. Acesso em: 22 maio 2016. E, sobre impressões digitais, ver Chandak Sengoopta, *Imprint of the Raj: How Fingerprinting Was Born in Colonial India* (Londres, Pan Books, 2003).

<sup>10</sup> Michel Foucault, *Society Must Be Defended*, cit.

ao Terror”. Corporações militares privadas colonizam fortemente os contratos de reconstrução tanto no Iraque quanto em Nova Orleans. A perícia israelense no controle populacional é buscada por aqueles que planejam operações de segurança para eventos internacionais no Ocidente. E políticas de “atirar para matar” desenvolvidas para combater homens-bomba em Tel-Aviv e Haifa foram adotadas por forças policiais na Europa e nos Estados Unidos – um processo que resultou diretamente na morte de Jean Charles de Menezes pela polícia antiterrorismo londrina em 22 de julho de 2005.

Enquanto isso, o policiamento agressivo e militarizado em manifestações públicas e mobilizações sociais em Londres, Toronto, Paris e Nova York está começando a usar as mesmas “armas não letais” que o Exército de Israel em Gaza ou Jenin. A construção de “zonas de segurança” ao redor dos centros financeiros estratégicos e distritos governamentais de Londres e Nova York importa diretamente técnicas usadas em bases militares instaladas em outros países e em áreas internacionais. Por fim, muitas das técnicas usadas para fortalecer enclaves em Bagdá ou confinar permanentemente civis em Gaza e na Cisjordânia estão sendo vendidas mundo afora como “soluções de segurança” de ponta, comprovadas em batalha, por coalizões corporativas que conectam empresas e governos israelenses, estado-unidenses e de outros lugares.

Essencialmente, esses casos de efeito bumerangue que fundem doutrinas de segurança e militares nas cidades do Ocidente com aquelas das periferias coloniais são reforçados pelas geografias culturais que sustentam a direita e extrema direita política, junto com comentaristas beligerantes dentro das próprias Forças Armadas ocidentais. Eles tendem a considerar as cidades em si espaços intrinsecamente problemáticos – os principais espaços de concentração de atos de subversão, resistência, mobilização, dissenso e protestos, desafiando a segurança nacional tanto dentro do país quanto fora dele.

Bastões da política etnonacionalista, os movimentos da ascendente extrema direita em geral têm forte representação dentro da polícia e das Forças Armadas estatais. Eles tendem a ver áreas rurais ou os subúrbios abastados como espaços autênticos e puros de nacionalismo branco, associados a valores cristãos e tradicionais. Exemplos disso vão desde fundamentalistas cristãos norte-americanos e o Partido Nacional Britânico até o Partido da Liberdade austríaco, a Frente Nacional francesa e a Forza Italia. Em contrapartida, os bairros cosmopolitas que crescem e se espalham cada vez mais nas cidades ocidentais são muitas vezes colocados por esses grupos nos mesmos termos orientalistas que as megacidades do Sul do globo, como lugares radicalmente externos à vulnerável nação – territórios tão estrangeiros quanto Bagdá ou Gaza.

Paradoxalmente, no entanto, a imaginação geográfica que serve de base para o novo urbanismo militar tende a tratar fronteiras coloniais e “pátrias” ocidentais como domínios fundamentalmente separados – dois lados em um embate de civilizações, de acordo com a hipótese incendiária e muito controversa de Samuel Huntington<sup>11</sup>. Essa separação criativa coexiste de modo desconfortável com a progressiva fusão, em um todo indistinto, das doutrinas de segurança, militares e de inteligência que lidam com ambos os lados. Tais concepções procuram negar as formas pelas quais as cidades de ambos os domínios estão cada vez mais ligadas pela imigração e pelo investimento.

Considerar *todas* essas cidades como espaços problemáticos para além das zonas rurais e dos subúrbios prósperos habitados por comunidades nacionais autênticas cria uma consonância peculiar entre as periferias coloniais e os centros capitalistas. Por exemplo, a construção a partir de 2003, pelas forças norte-americanas, de enclaves sectários em Bagdá seguindo o modelo israelense foi amplamente descrita pela segurança dos Estados Unidos como o desenvolvimento de comunidades fechadas em estilo norte-americano no Iraque. Em decorrência da devastação de Nova Orleans pelo furacão Katrina no fim de 2005, oficiais do Exército norte-americano falaram sobre a necessidade de “retomar” a cidade dos “insurgentes” de inspiração iraquiana.

Então, como sempre, a maneira como a vida urbana nas áreas colonizadas é imaginada reverbera com força nas cidades dos colonizadores. De fato, a projeção das alegorias coloniais e dos exemplos de segurança das metrópoles pós-coloniais nos centros capitalistas é alimentada por um novo “orientalismo dos bairros pobres”<sup>12</sup>. Seu lastro é uma representação disseminada entre formadores de opinião de direita nas áreas de segurança, militarismo e política segundo a qual os distritos de imigrantes nas cidades do Ocidente são zonas “atrasadas” que ameaçam o corpo político das cidades ou nações ocidentais. Na França, por exemplo, o planejamento estatal trabalhou para conceituar os projetos habitacionais de massa da periferia (os *banlieues*) como reservas “quase periféricas”, conectadas – mas distantes – aos centros metropolitanos do país<sup>13</sup>. Lembranças amargas dos argelinos e de outras

<sup>11</sup> Ver Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (Nova York, Simon and Schuster, 1996) [ed. bras.: *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, trad. M. H. C. Côrtes, Rio de Janeiro, Objetiva, 1997].

<sup>12</sup> Ver Sally Howell e Andrew Shryock, “Cracking Down on Diaspora: Arab Detroit and America’s ‘War on Terror’”, *Anthropological Quarterly*, n. 76, p. 443-62.

<sup>13</sup> Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, “Colonization and the New Imperialism: On the Meaning of Urbicide Today”, *Theory and Event*, v. 10, n. 2, 2007, p. 1-39.

guerras anticoloniais saturam o discurso da extrema direita francesa sobre a diminuição do poder “branco” e a “insegurança” causada pelos *banlieues* – um processo que levou a uma dramática mobilização das forças de segurança dentro e ao redor dos principais complexos habitacionais de imigrantes depois dos tumultos nas periferias em 2005.

Discutindo a mudança de colonização externa para interna na França, Kristin Ross aponta para a maneira como o país hoje “se distancia de suas (antigas) colônias, tanto no interior quanto no exterior”. Isso funciona, ela continua, através de um “isolamento dos imigrantes, sua remoção para os subúrbios em uma grande reforma das fronteiras sociais de Paris e de outras cidades francesas”<sup>14</sup>. Os tumultos de 2005 foram apenas os mais recentes em uma longa trajetória de reações à militarização e à securitização crescentes dessa forma de colonização interna e “periferidade”\* imposta no que Mustafa Dikeç chamou de “áreas ruins”\*\*, da República Francesa<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Kristin Ross, *Fast Cars, Clean Bodies: Decolonization and the Reordering of French Culture* (Cambridge, MIT Press, 1996), p. 12.

\* No original, *peripherality*. A palavra “periferidade” (ou, ainda, “periferalidade”) tem sido usada em português e talvez já não deva ser considerada um neologismo. Continua, no entanto, a causar certa estranheza, embora seja um termo muito importante, pois designa a condição de ser (ou sentir-se) periférico em relação a algo. Enquanto tal, aplica-se a uma multiplicidade de escalas geográficas e situações, desde o nível intraurbano até o global, da estigmatização cultural à dependência econômica. (Nota de Marcelo Lopes de Souza)

\*\* O termo *badlands*, utilizado por Stephen Graham e traduzível literalmente por “áreas ruins”, foi popularizado pelo livro *Badlands of the Republic: Space, Politics and Urban Policy*, publicado em 2007 pelo geógrafo turco (radicado na Inglaterra e com passagens também pelos Estados Unidos e pela França) Mustafa Dikeç. A expressão “áreas ruins”, usada de modo irônico e provocativo por Dikeç, refere-se à periferia (*banlieue*) de cidades francesas como Paris, Lyon e Marselha. Embora o termo *banlieue* não se aplique exclusivamente às periferias pobres e com maciça presença de população imigrante, cuja estigmatização tem sido insuflada por políticos racistas e xenofóbicos – afinal, também há aqueles espaços situados nos arrabaldes de grandes cidades e que são chamados de *banlieue aisée*, “periferia confortável” ou “subúrbio confortável” –, de modo geral a mídia e não poucos políticos profissionais têm forçado, no imaginário coletivo, uma associação da *banlieue* não somente com pobreza mas também com criminalidade e desajustamento social. Com isso, tem-se construído uma imagem de “lugares-problema”, ou “áreas ruins”. (Nota de Marcelo Lopes de Souza)

<sup>15</sup> Mustafa Dikeç, *Badlands of the Republic: Space, Politics and Urban Policy* (Oxford, Blackwell, 2007). Ver também Kristin Ross, *Fast Cars, Clean Bodies*, cit.

De fato, tamanha é a fusão por parte da direita contemporânea entre terrorismo e imigração que simples atos de imigração hoje são tratados quase como atos de guerra. Essa mudança discursiva foi chamada de “armamentização” da imigração<sup>16</sup> – mudar a ênfase, que passa das obrigações morais de oferecer hospitalidade e asilo para a criminalização ou desumanização dos imigrantes, como se estes fossem armas contra bases supostamente homogêneas e etnonacionalistas de poder nacional.

Aqui, os debates mais recentes sobre a guerra assimétrica, irregular ou de baixa intensidade – em que nada pode ser definido fora das acepções ilimitadas e intermináveis de violência política – se confundem de maneira desconfortável com o crescente clamor de demonização feito por figuras da direita e da extrema direita das cidades diaspóricas e cada vez mais cosmopolitas do Ocidente. Levando sua tese sobre o conflito de civilizações ainda mais longe, Samuel Huntington atualmente argumenta que a própria trama do poder e da identidade nacional dos Estados Unidos está sob ameaça não só por causa do terrorismo islâmico global, mas porque grupos não brancos e, em especial, latinos estão colonizando, e dominando, as regiões metropolitanas estado-unidenses<sup>17</sup>.

Adotando visões igualmente maniqueístas do mundo, o teórico militar norte-americano William Lind afirmou que atos prosaicos de imigração do hemisfério Sul global para as cidades do Norte agora devem ser considerados atos de guerra. “Na guerra de quarta geração”, escreve ele, “a invasão pela imigração pode ser, no mínimo, tão perigosa quanto a invasão por um exército nacional”. Lind argumenta que, sob o que ele chama de “ideologia venenosa do multiculturalismo”, imigrantes nas nações ocidentais hoje podem criar “uma variedade doméstica da guerra de quarta geração, que é de longe o tipo mais perigoso”<sup>18</sup>.

Considerando o trânsito de mão dupla dos modelos do novo urbanismo militar entre as cidades ocidentais e aquelas nas fronteiras coloniais,

<sup>16</sup> Ver Cato, “The Weaponization of Immigration”, Center for Immigration Studies, fev. 2008. Disponível em: <www.cis.org>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>17</sup> Ver Samuel Huntington, *Who Are We: The Challenges to America's National Identity* (Nova York, Simon & Schuster, 2005); e, do mesmo autor, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, cit.

<sup>18</sup> William Lind, “Understanding Fourth Generation War”, *Military Review*, set.-out. 2004, p. 16. Disponível em: <www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/lind.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

alimentado pelo antiurbanismo instintivo dos Estados de segurança nacional, não surpreende que cidades em ambos os domínios comecem a demonstrar similaridades impressionantes. Nos dois âmbitos, proliferam fronteiras rigorosas em estilo militar, cercas e postos de controle ao redor de enclaves protegidos e “zonas de segurança”, sobrepostos à cidade ampla e aberta. Barreiras feitas de módulos de concreto, postos de controle de identidade, circuito interno de TV, fiscalização biométrica e formas militares de controle de acesso protegem arquipélagos de centros sociais, econômicos, políticos ou militares fortificados de um exterior considerado indomável, empobrecido ou perigoso. Nos exemplos mais extremos, isso inclui zonas internacionais, prisões militares, bairros étnicos sectários e bases militares; eles estão crescendo ao redor de distritos financeiros estratégicos, embaixadas, espaços de consumo e de turismo, complexos portuários e aeroportuários, arenas esportivas, comunidades muradas e zonas francas.

Nas duas esferas, esforços para identificar as populações urbanas estão ligados a sistemas similares que observam, rastreiam e têm como alvo indivíduos perigosos em meio à massa da vida urbana. Assim, enxergamos um paralelismo no uso de satélites de alta tecnologia, *drones*, circuitos internos “inteligentes” de TV, armas “não letais”, mineração de dados e fiscalização biométrica nos contextos muito diferentes de cidades nacionais e estrangeiras. E, finalmente, nos dois casos, existe uma percepção semelhante de que novas doutrinas de guerra perpétua estão sendo usadas para tratar todos os moradores urbanos como alvos constantes, cuja natureza benigna, em vez de ser presumida, agora precisa ser constantemente demonstrada para complexas arquiteturas de vigilância ou tecnologias de mineração de dados conforme o indivíduo se desloca pela cidade. Tais fatos são amparados por suspensões legais paralelas que têm como alvo grupos considerados ameaçadores, com restrições especiais, prisões preventivas ou encarceramento *a priori* em campos de tortura e *gulags* ilegais mundo afora.

Apesar de funcionar de diversas maneiras, todos esses diversos arquipélagos se sobrepõem a tradições urbanas de sistemas de segurança de livre acesso que forçam as pessoas a provar sua legitimidade se quiserem se mover com liberdade. Urbanistas e filósofos hoje em dia se perguntam se a cidade como espaço-chave para protestos e mobilização coletiva dentro da sociedade civil está sendo substituída por geografias complexas criadas por vários sistemas de enclaves e campos conectados entre si e afastados do exterior urbano que existe para além dos muros ou sistemas de controle

de acesso<sup>19</sup>. Nesse contexto, pode-se perguntar se a securitização urbana chegará, no futuro, a um nível que efetivamente desconecte o papel econômico estratégico das cidades como condutoras-chave da acumulação capitalista do papel histórico delas como centros para a mobilização de dissenso democrático.

### Economia vigilante

Passando para nosso terceiro ponto de partida fundamental – a economia política do novo urbanismo militar –, é importante enfatizar que a colonização da prática e do pensamento urbanos por ideias militarizadas de “segurança” não tem uma fonte única. Aliás, essa colonização emana de uma gama complexa de origens, que englobam vastos complexos industriais multinacionais que se estendem para além dos setores militar e de segurança para abranger as indústrias da tecnologia, da vigilância e do entretenimento; um leque amplo de consultores, laboratórios de pesquisa e universidades corporativas que vendem soluções de segurança como balas de prata para solucionar problemas sociais complexos; e uma complexa massa de pensadores militares e de segurança que hoje argumentam que a guerra e a violência política se concentram esmagadoramente nos espaços e circuitos cotidianos da vida urbana.

Ainda que vagas e abrangentes, ideias sobre segurança infectam praticamente todos os aspectos das políticas públicas e da vida social<sup>20</sup>. Assim, esses emergentes complexos industriais e de segurança atuam juntos nos desafios altamente lucrativos de ter como foco constante atividades, espaços e comportamentos cotidianos nas cidades, bem como os condutos que conectam as conurbações. Em meio ao colapso econômico global, os mercados para serviços e tecnologias de segurança estão em ascensão como nunca antes.

Basicamente, como o exemplo da Raytheon mais uma vez demonstra, com frequência as mesmas constelações de empresas de segurança estão envolvidas na venda, na implantação e na supervisão das técnicas e práticas do novo urbanismo militar tanto em cidades das zonas de guerra quanto em seus países. Muitas vezes, como nas novas políticas de segurança da

<sup>19</sup> Ver Büilent Diken e Carsten Bagge Laustsen, *The Culture of Exception: Sociology Facing the Camp* (Londres, Routledge, 2005), p. 64; Stephen Graham e Simon Marvin, *Splintering Urbanism* (Londres, Routledge, 2001).

<sup>20</sup> Ver Giorgio Agamben, “Security and Terror”, *Theory and Event*, v. 5, n. 4, 2002, p. 1-2.

União Europeia para toda a Europa, Estados ou blocos supranacionais não necessariamente introduzem meios militarizados e de alta tecnologia para rastrear imigrantes ilegais por ser esta a melhor forma de tratar de suas preocupações sobre segurança. Na realidade, muitas dessas políticas têm como objetivo ajudar a formar campeões da indústria local, desenvolvendo suas próprias empresas de defesa, segurança e tecnologia para poderem competir nos ascendentes mercados globais de tecnologia de segurança.

Nesse lucrativo mercado de exportação, a experiência israelense de bloquear cidades e transformar os Territórios Ocupados em campos prisionais urbanos permanentes está se provando especialmente influente. É a principal fonte de técnicas e tecnologias “comprovadas em combate”. A nova cerca de alta tecnologia na fronteira entre os Estados Unidos e o México, por exemplo, está sendo construída por um consórcio entre a Boeing e a empresa israelense Elbit, cujas tecnologias de radar e direcionamento foram desenvolvidas no bloqueio permanente da vida urbana palestina. Também é impressionante o quanto as estratégias norte-americanas anti-insurgência no Iraque se basearam explicitamente em esforços para copiar o tratamento que Israel deu aos palestinos durante a Segunda Intifada.

As economias políticas que sustentam o novo urbanismo militar inevitavelmente se concentram no papel de um grupo de elite de cidades ditas “globais” como centros do capitalismo neoliberal e também como principais arenas e mercados para lançar novas soluções de segurança. Os principais centros financeiros do mundo, em particular, orquestram processos globais de militarização e securitização. Eles abrigam a sede de corporações militares, de segurança e de tecnologia globais, fornecem locais para as maiores universidades corporativas do mundo – que dominam a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de segurança – e amparam a rede global de instituições financeiras que com tanta frequência trabalham para apagar ou se apropriar de cidades e recursos em regiões colonizadas em nome da economia neoliberal e do “livre comércio”.

Desse modo, a rede de cidades globais através das quais o capitalismo neoliberal é fundamentalmente orquestrado – Londres, Nova York, Paris, Frankfurt e assim por diante – ajuda a produzir novas lógicas de desapropriação e aquisição colonial agressiva pelo capital multinacional, que opera em proximidade com exércitos e empreiteiras militares.

Com a diminuição dos monopólios estatais da violência e a proliferação de corporações mercenárias e militares de aquisição, tornam-se mais aparentes

do que nunca a violência brutal “urbicida” e a expropriação que tantas vezes ajudam a promover os aspectos parasitários das economias urbanas ocidentais, bem como alimentar o capitalismo corporativo contemporâneo<sup>21</sup>. Em um mundo cada vez mais assombrado pelo espectro do iminente esgotamento de recursos, o novo urbanismo militar está, portanto, intimamente ligado à exploração neocolonial de recursos distantes, em um esforço de sustentar as cidades mais ricas e os estilos de vida urbanos afluentes. Nova York e Londres oferecem o poder financeiro e corporativo por meio do qual as reservas de petróleo iraquianas foram tomadas por empresas petrolíferas ocidentais desde a invasão de 2003. O *land grabbing* – a transferência de terras para investidoras estrangeiras ou “estrangeirização de terras” – neocolonial para a produção de biocombustíveis para carros ou alimentos para populações urbanas cada vez mais precárias do Norte afluente também é organizado por meio de mercados de *commodities* globais concentrados nos grandes centros financeiros do mundo. Finalmente, o rápido crescimento global dos mercados de segurança de alta tecnologia está, em si mesmo, oferecendo um grande incentivo a essas cidades em tempos de colapso econômico.

### Infraestrutura urbana, guerra urbana

A própria natureza da cidade moderna – sua dependência de complexas redes de infraestrutura, sua densidade e anonimato, sua dependência de água, alimentos e energia importados – cria a possibilidade de violência contra ela, e *por meio* dela.

Assim, a cidade é cada vez mais concebida como meio principal de travar guerras tanto para atores estatais quanto não estatais.

Muitos exemplos recentes demonstram como, com o intuito de projetar e ampliar enormemente o poder de sua violência política, atores não estatais ganham boa parte de seu poder se apropriando da infraestrutura técnica necessária para a vida urbana, moderna e globalizada. Insurgentes usam a infraestrutura da cidade para atacar Nova York, Londres, Madri ou Mumbai. Eles cortam redes elétricas, oleodutos ou sistemas de telefonia móvel no Iraque, na Nigéria e em outros lugares. Somalis que sequestram sistematicamente em rotas marítimas globais chegaram até a usar espíões na corretagem marítima de

<sup>21</sup> Ver Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, “Colonization and the New Imperialism”, cit.

Londres para obter informações privilegiadas para seus ataques. Ao fazer isso, esses atores conseguem subsistir com as armas mais básicas, transformando aviões de carreira, trens do metrô, carros, celulares, eletricidade e redes de comunicação ou pequenas embarcações em dispositivos letais.

No entanto, essas ameaças de terrorismo infraestrutural, ainda que bastante reais, mostram-se pálidas se comparadas aos esforços muito menos visíveis das Forças Armadas estatais direcionados a infraestruturas urbanas fundamentais. Por exemplo, as forças estado-unidenses e israelenses trabalham de modo sistemático para “desmodernizar” sociedades urbanas inteiras por meio da destruição da infraestrutura de Gaza, da Cisjordânia, do Líbano e do Iraque desde 1991. Governos substituíram a guerra total contra cidades pela destruição sistemática do abastecimento de água e eletricidade com armas – como bombas que dispersam bobinas de fios de grafite para provocar curtos-circuitos em estações de eletricidade – desenvolvidas especialmente para essa função.

Apesar de serem divulgadas para a mídia como um modo de exercer pressão política inexorável sobre regimes adversários, tais formas de guerra supostamente humanitárias acabam matando os membros mais vulneráveis da sociedade com tanta eficácia quanto o bombardeio de saturação, mas longe do olhar atento das câmeras. Esses ataques se desenvolvem por meio da geração deliberada de crises de saúde pública em sociedades altamente urbanizadas nas quais não há alternativas para o fornecimento moderno de água, tratamento de esgoto, eletricidade ou de medicamentos e alimentos.

O devastador cerco israelense a Gaza desde que o Hamas foi eleito em 2006 é um exemplo de peso. Ele transformou um denso corredor urbano, com 1,5 milhão de pessoas espremidas em uma área do tamanho da ilha de Wight, em um grande campo prisional. Dentro desses limites, a morte dos mais fracos, dos idosos, dos jovens e dos enfermos é invisível para o mundo externo. Os indivíduos mais fortes são forçados a viver algo semelhante ao que Giorgio Agamben chamou de “vida nua” – uma existência biológica que pode ser sacrificada a qualquer momento por um poder colonial que se reserva o direito de matar impunemente, mas recusa qualquer responsabilidade moral, política e humana sobre a população<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> Ver Giorgio Agamben, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life* (Stanford, Stanford University Press, 1998) [ed. bras.: *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010].

Cada vez mais, os objetivos de uma guerra infraestrutural formal, como meio de coerção política, se fundem por completo com a estrutura de competição econômica e a geopolítica de energia. A Rússia renascida, por exemplo, ganha boa parte de seu poder estratégico na atualidade não de seus movimentos militares formais, mas de suas contínuas ameaças de cortar subitamente o fornecimento de energia das cidades europeias.

### Soldados-cidadãos

O quinto elemento-chave do novo urbanismo militar é a maneira como suas reivindicações de legitimidade estão imiscuídas a filões militarizados da cultura popular, urbana, eletrônica e material. Com muita frequência, por exemplo, as tarefas militares de rastrear, vigiar e ter como alvo não requerem sistemas tecnológicos inteiramente novos. Em vez disso, elas apenas se apropriam dos sistemas que operam em cidades para manter os meios mais recentes de viagem e consumo digitalmente organizados. Assim, como no centro de Londres, áreas de congestionamento logo se transformam em zonas de segurança. Interações e transações via internet fornecem a base para a mineração de dados em um esforço para revelar comportamentos supostamente ameaçadores. Sonhos de carros inteligentes ajudam a dar vida a sistemas de armamentos robóticos. Imagens de satélite e o GPS dão apoio a novos estilos de vida urbana civil com base nas mesmas estruturas da Força Aérea dos Estados Unidos que facilitam o bombardeio urbano “de precisão”. E, como na nova iniciativa de segurança em Lower Manhattan, Nova York, câmeras de circuito interno de segurança desenvolvidas para fazer comerciantes se sentirem seguros são transformadas em sistemas de monitoramento “antiterroristas”.

Talvez a série mais poderosa de cruzamentos civis-militares no cerne do novo urbanismo militar esteja sendo forjada nas culturas de entretenimento virtual e eletrônico e de grandes grupos midiáticos. Aqui, para tentar os recrutas habilidosos mais capazes de controlar os mais recentes *drones* e armas de alta tecnologia, o Exército estado-unidense produz alguns dos mais populares videogames de guerra urbana. Jogos de muito sucesso, como *America's Army*, do Exército, ou *Full Spectrum Warrior*, da Marinha dos Estados Unidos<sup>23</sup>,

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, <[www.americasarmy.com](http://www.americasarmy.com)>. Acesso em: 30 maio 2016.

permitem que os usuários matem terroristas em cidades fictícias e orientalizadas utilizando estruturas baseadas diretamente naquelas dos sistemas de treinamento das próprias Forças Armadas estado-unidenses. Para fechar o ciclo entre entretenimento virtual e assassinatos remotos, painéis de controle dos sistemas de armas norte-americanos mais recentes – como as mais modernas estações de controle para pilotos dos *drones* armados Predator, fabricados pelos nossos velhos amigos da Raytheon – agora imitam os consoles do PlayStation, que, afinal, são muito familiares para os soldados.

Um último circuito vital de militarização conectando a cultura popular urbana nas cidades nacionais à violência colonial em cidades ocupadas se concentra na bem estabelecida, mas cada vez mais intensa, militarização da cultura do automóvel. O símbolo mais poderoso disso é a popularidade do explicitamente militar Sports Utility Vehicle, ou SUV, um fenômeno notável nos Estados Unidos. A ascensão e queda do Hummer é um exemplo especialmente marcante. Como veremos, veículos para guerra urbana das Forças Armadas estado-unidenses foram convertidos em veículos civis hiperagressivos, comercializados como a personificação patriótica da Guerra ao Terror. SUVs modificados para civis, por sua vez, foram o veículo escolhido pelos mercenários da Blackwater nas ruas do Iraque, bem como o foco recente das campanhas de recrutamento norte-americanas voltadas para minorias étnicas urbanas. Além disso, tendências experimentais em direção a carros civis computadorizados se misturam intensamente com os impacientes esforços militares dos Estados Unidos de construir veículos de solo totalmente robotizados voltados para a guerra urbana. Claro, todas essas conexões se relacionam com as inseguranças e a violência perpetuadas pelo desregramento petrolífero norte-americano, que está forçando as Forças Armadas dos Estados Unidos a uma corrida espalhafatosa pelo acesso e controle de reservas e estoques em rápida diminuição.

### Objetivos

Esse é o contexto em que *Cidades sitiadas* pretende apresentar uma ampla exploração e crítica dos contornos do novo urbanismo militar. Ao contrário dos debates convencionais dentro da política internacional, da ciência política e da história, esta obra não vê os espaços, a infraestrutura e os aspectos culturais da vida na cidade como mero pano de fundo para a imaginação e a propagação da violência ou da construção da “segurança”.

Em vez disso, considera que a maneira como as cidades e os espaços urbanos são produzidos e reestruturados de fato ajuda a formar essas estratégias e fantasias, além de seus efeitos (e vice-versa).

Para que isso seja alcançado, *Cidades sitiadas*, de modo proposital, trabalha com uma gama atipicamente vasta de escalas geográficas. O livro enfatiza como o novo urbanismo militar opera estabelecendo a vida urbana tanto nos centros metropolitanos do Ocidente quanto nas cidades em desenvolvimento das fronteiras coloniais do Sul global. Ademais, ele revela como isso é feito por meio de processos e conexões que exigem a observação simultânea dos âmbitos transnacional, nacionais, urbanos e pessoais<sup>24</sup>.

Esta obra tem como objetivo, em particular, unir dois discursos bastante diferentes e, em geral, distantes sobre as cidades e a vida urbana: o debate cada vez maior dentro dos estudos sobre segurança e política internacional sobre a urbanização da segurança; e os debates em geral mais críticos dentro do urbanismo, da geografia, da arquitetura, da antropologia e dos estudos culturais sobre como essas mudanças estão desafiando a política das cidades e da vida urbana em uma época de rápida urbanização.

A escrita deste livro foi motivada em parte pela falta de uma análise acessível e crítica que explorasse como o imperialismo ressurgente e as geografias coloniais características da era contemporânea conectam, de maneira umbilical, cidades nos centros metropolitanos e nas periferias coloniais<sup>25</sup>. Tal negligência é resultado da rígida divisão do trabalho dentro da academia. Isso significa que, em termos mais amplos, pesquisadores de política externa, dos assuntos militares, do direito e de relações internacionais têm se ocupado da tarefa de abordar as novas guerras imperiais na escala internacional. Ao mesmo tempo, um corpo totalmente separado de acadêmicos nas áreas de urbanismo, direito e ciências sociais têm trabalhado para explorar as novas políticas das cidades ocidentais que envolvem a mobilização da segurança nacional nas escalas urbana e nacional dentro das nações do Ocidente. Mas esses debates se mantiveram teimosamente afastados por suas diferenças de tradição teórica, e pelas orientações geográficas e escalares de ambas.

<sup>24</sup> Ver Michael Peter Smith, *Transnational Urbanism: Locating Globalization* (Nova York, Blackwell, 2001).

<sup>25</sup> Ver Derek Gregory, *The Colonial Present*, cit.

Essa falha analítica em parte se explica pela maneira como investigações dominantes, conservadoras e realistas sobre a ligação entre globalização e segurança dividem a realidade contemporânea entre a civilização “doméstica” do Norte rico e moderno e a civilização distinta do Sul, caracterizada em grande parte pelo atraso, pelo perigo, pela patologia e pela anarquia<sup>26</sup>. De fato, como veremos, essas visões maniqueístas do mundo são, em si mesmas, uma força motriz do novo urbanismo militar. Tais perspectivas tendem a demonizar um Sul orientalizado como a fonte de toda a insegurança contemporânea. Elas também trabalham ativamente para negar as maneiras pelas quais a vida urbana e econômica do Norte global depende fundamentalmente de vínculos com o Sul pós-colonial – e, em alguns casos, neocolonial – e é formada por eles. No processo, esses discursos têm um papel-chave na produção da violência simbólica necessária para permitir que os Estados lancem mão da guerra e da violência de fato.

Além do mais, a obsessão com as rivalidades geopolíticas dos Estados-nação ou dos movimentos não estatais transnacionais faz com que essas perspectivas realistas e conservadoras ignorem por completo como as cidades e os processos de urbanização também oferecem formas territoriais fundamentais de dominação, hiperdesigualdade e insegurança e ajudam a propagar a violência. “Um dos determinantes fundamentais da experiência moderna pode ser encontrado na maneira como o imperialismo mascara e esconde a natureza do sistema”, escreveu o teórico da cultura Fredric Jameson em 2003. “Em primeiro lugar, os poderes imperiais do antigo sistema não querem saber nem de suas colônias nem da violência e da exploração que constituem a base de sua prosperidade”<sup>27</sup>.

Talvez surpreendentemente, as disciplinas acadêmicas que em tese lidam com questões urbanas estejam, elas mesmas, lutando para superar o legado de suas próprias histórias coloniais, o que inibe dramaticamente sua habilidade de compreender o novo urbanismo militar. A visão maniqueísta que

<sup>26</sup> Os textos de Robert Kaplan são exemplos fundamentais aqui. Ver “The Coming Anarchy”, *Atlantic Monthly*, fev. 1994; *The Coming Anarchy: Shattering the Dreams of the Post-Cold War World* (Nova York, Random House, 2000) [ed. bras.: *À beira da anarquia: destruindo os sonhos da era pós-Guerra Fria*, trad. Bazán Tecnologia e Linguística, São Paulo, Futura, 2000].

<sup>27</sup> Fredric Jameson, “The End of Temporality”, *Critical Inquiry*, v. 29, n. 4, 2003, p. 700, citado em Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, “Colonization and the New Imperialism”, cit.

caracteriza os textos conservadores sobre globalização também é perceptível no trabalho de muitos teóricos do espaço urbano. Em especial, o conceito de um mundo repartido em duas zonas hermeticamente fechadas – cidades “desenvolvidas”, que são estudadas pela geografia urbana ou pela sociologia, e cidades “em desenvolvimento”, estudadas pelos “estudos do desenvolvimento” – continua sendo impressionantemente difundido.

Isso significa que, com muita frequência, cidades no Ocidente e no chamado mundo em desenvolvimento se mantêm artificialmente separadas, com a atenção teórica esmagadoramente voltada para as primeiras. Isso faz com que cidades em expansão centrais do Sul sejam caracterizadas como um mero “outro”, externo à cultura ocidental, um status que praticamente impossibilita que os teóricos compreendam como os dois tipos de cidade se constituem mutuamente dentro das geografias imperial, neocolonial ou pós-colonial<sup>28</sup>.

O campo dos estudos urbanos tem sido especialmente lento em abordar o papel central das cidades no novo imperialismo – o ressurgimento de um militarismo agressivo, colonial, voltado para a apropriação violenta de terras e recursos do Sul<sup>29</sup>. De fato, hoje em dia as prósperas cidades do Norte são muitas vezes idealizadas por analistas e teóricos liberais como centros de migração e laboratórios de integração cosmopolita, características consideradas tão vitais para seus futuros econômicos de alta tecnologia quanto as conexões-chave da “economia do conhecimento global”. Essa integração é vista por influentes gurus de políticas urbanas, como Richard Florida, como um motor vital de criatividade econômica dentro do capitalismo tecnologicamente avançado<sup>30</sup>.

No entanto, essas perspectivas ignoram sistematicamente a maneira como as cidades globais do Norte costumam funcionar como parasitas econômicos ou ecológicos, pilhando o Sul, se apropriando de modo violento de energia, água, terras e recursos minerais, dependendo de condições de trabalho exploradoras em locais distantes, desencadeando processos de mudança

<sup>28</sup> Jenny Robinson, “Cities Between Modernity and Development”; artigo apresentado no encontro anual da Associação de Geógrafos Americanos, 2003, Nova Orleans, não publicado. Ver também, da mesma autora, *Ordinary Cities* (Londres, Routledge, 2006).

<sup>29</sup> Ver Kanishka Goonewardena e Stefan Kipfer, “Postcolonial Urbicide: New Imperialism, Global Cities and the Damned of the Earth”, *New Formations*, v. 59, 2006, p. 23-33.

<sup>30</sup> Ver Richard Florida, *The Rise of the Creative Class* (Nova York, Basic Books, 2002).

climática nocivos e gerando um fluxo em geral altamente prejudicial de turismo e resíduos. São ainda menos reconhecidas as maneiras como as cidades globais do Norte atuam como os principais locais de obtenção de fundos e orquestração do controle do mundo em desenvolvimento, o que está no cerne da extensão do capitalismo neoliberal<sup>31</sup>. As maneiras pelas quais as cidades ricas do mundo do capitalismo avançado se beneficiam da violência “urbicida”, que tem como alvo deliberado as geografias urbanas do Sul global para sustentar a acumulação de capital, mal foram observadas. *Cidades sitiadas* é uma tentativa de reparar essa situação<sup>32</sup>.

### Estrutura da obra

*Cidades sitiadas* compreende três capítulos amplos e temáticos, seguidos por seis estudos de caso expandidos. O primeiro capítulo temático se debruça sobre como a guerra, a violência política e os imaginários militares e de segurança estão readentrando as cidades atualmente. Esse acontecimento sucede um longo período em que o pensamento militarista ocidental estava preocupado com o planejamento das interações nucleares pelo mundo entre superpotências ou enormes operações com tanques por áreas rurais. O capítulo também examina como a mais recente doutrina militar e de segurança está agindo para colonizar os ambientes cotidianos das conurbações modernas.

O capítulo 2 parte para um olhar sobre como os vários bastiões da direita política atuam cada vez mais para demonizar cidades como locais intrinsecamente ameaçadores ou problemáticos que requerem violência política, controle militarizado ou securitização radical. No capítulo 3, detalho as características específicas do novo urbanismo militar e uso algumas das pesquisas mais recentes nas ciências sociais para destacar características-chave da interpenetração cada vez mais profunda entre urbanismo e militarismo.

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, Saskia Sassen, *The Global City*, (2. ed., Nova York/Londres/Tóquio/Princeton, Princeton University Press, 2002); Peter Taylor, *World City Network: A Global Urban Analysis* (Londres, Routledge, 2003).

<sup>32</sup> Para uma excelente discussão sobre isso, ver Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, “Colonization and the New Imperialism”, cit.; e, dos mesmos autores, “Postcolonial Urbicide”, cit.

Os seis estudos de caso que se seguem abordam os circuitos através dos quais o novo urbanismo militar conecta a vida urbana no Ocidente com a existência nas fronteiras coloniais. Os três primeiros tratam, respectivamente: da proliferação de fronteiras e de sistemas de monitoramento na trama da vida urbana; das ambições das Forças Armadas dos Estados Unidos em relação a guerras urbanas e operações de contrainsurgência baseadas no uso de robôs armados, e das conexões entre entretenimento, simulação e a violência imperial e militar dos Estados Unidos. Os três capítulos finais exploram a difusão da tecnologia e da doutrina israelenses na guerra e na securitização urbanas; os elos entre a infraestrutura urbana e a violência política contemporânea; e as maneiras como a cultura dos SUVs, ou veículos esportivos utilitários, está incrustada em um cenário geopolítico e político-econômico que conecta cidades e espaços coloniais e domésticos.

Existem maneiras de desafiar as ideologias, as táticas e as tecnologias do novo urbanismo militar e defender e rejuvenescer visões democráticas e não militarizadas da existência urbana moderna. E é para essas possibilidades positivas que me volto no capítulo final, para uma variedade de ativistas, artistas e movimentos sociais “contrageográficos”, cada qual buscando desafiar a violência urbana, como constituída atualmente, de diferentes maneiras e tentando mobilizar conceitos radicais de segurança como base para novos movimentos políticos. Em vez de maquinações de Estados de segurança nacional, esses novos movimentos devem se concentrar nas bases humanas, urbanas e ecológicas da segurança, em um mundo de crises crescentes de alimentos, água e ambiente, cidades em florescimento, rápida mudança climática e do nível do mar e combustíveis fósseis em rápida diminuição.

# 1

## A GUERRA VOLTA À CIDADE

### Planeta urbano

No despertar do século XX, uma em cada dez das 1,8 bilhão de pessoas da Terra viviam em cidades – uma proporção sem precedentes, ainda que a humanidade se mantivesse esmagadoramente rural e agrícola. Uma mísera fração da população urbana, em sua grande maioria localizada nas efervescentes metrópoles do Norte global, orquestrava os assuntos industriais, comerciais e governamentais de um mundo colonial cada vez mais interconectado. Enquanto isso, nas nações colonizadas, as populações urbanas se mantiveram relativamente pequenas, concentradas nos entrepostos e nas capitais provinciais: “As populações urbanas dos impérios britânico, francês, belga e holandês no zênite eduardiano provavelmente não passavam de 3% a 5% da humanidade colonizada”, escreveu Mike Davis<sup>1</sup>. Isso posto, a população urbana do mundo em 1900 – algo como 180 milhões de almas – somava não mais do que a população total das dez maiores cidades do mundo em 2007.

No decorrer do meio século seguinte, a população da Terra cresceu de maneira constante, mas não espetacular, chegando a 2,3 bilhões de pessoas em 1950. Apesar de ter quase triplicado, atingindo mais de 500 milhões de pessoas, a população urbana ainda compunha menos de 30% do total. No entanto, os eventos do meio século seguinte foram surpreendentes: o maior movimento de massa combinado com a maior explosão demográfica na história humana. Entre 1957 e 2007, a população urbana do mundo quadruplicou. Em 2007, metade dos 6,7 bilhões de pessoas do mundo podia ser

<sup>1</sup> Mike Davis, “The Urbanization of Empire: Megacities and the Laws of Chaos”, *Social Text*, v. 22, n. 4, 2004, p. 4.

classificada como cidadina. De uma hora para outra, o *Homo sapiens* tinha se tornado uma espécie predominantemente urbana. As cidades do mundo tinham levado quase 10 mil anos – de 8000 a.C. até 1960 – para abrigarem o primeiro bilhão de urbanoides; então, em meros quinze anos esse número aumenta de 3 bilhões para 4 bilhões<sup>2</sup>. Daca, capital de Bangladesh, uma cidade de 400 mil habitantes em 1950, terá inchado e se tornado uma área metropolitana de cerca de 22 milhões de habitantes em 2025 – um aumento de cinquenta vezes em menos de 75 anos. Considerando a densidade demográfica das cidades, mais da metade da humanidade está atualmente espremida em apenas 2,8% da superfície de terra firme do nosso planeta, e o aperto está aumentando a cada dia<sup>3</sup>.

Conforme avançamos para o que tem sido chamado de “século urbano”, parece não haver fim para essa urbanização apressada do nosso mundo. Em 2007, 1,2 milhão de pessoas somaram-se à população urbana mundial toda semana. Em 2025, de acordo com estimativas recentes, facilmente poderá haver 5 bilhões de urbanoides, dois terços dos quais viverão em nações “em desenvolvimento”. Em 2030, a Ásia, sozinha, vai ter 2,7 bilhões de cidadãos; as cidades da Terra estarão abarrotadas, com 2 bilhões de pessoas a mais do que acomodam hoje. Vinte anos mais adiante, em 2050, 75% dos estimados 9,2 bilhões de habitantes do mundo provavelmente vão viver em cidades<sup>4</sup>.

Em outras palavras, em pouco mais de quatro décadas a Terra vai acomodar 7 bilhões de habitantes urbanos – 4 bilhões a mais do que em 2007. A maioria esmagadora deles estará em cidades em franco desenvolvimento e em megacidades da Ásia, da África e da América Latina. É claro que muitas cidades em nações desenvolvidas ainda estarão crescendo, mas esse crescimento será tímido se comparado com a explosão urbana do Sul global.

<sup>2</sup> Humansecurity-cities.org., “Human Security for an Urban Century”, Vancouver, 2004, p. 9, disponível em: <humansecuritycities.org>. [Esse link, originalmente consultado pelo autor, não está mais acessível. O texto, no entanto, encontra-se disponível em: <https://docs.unocha.org/sites/dms/HSU/human\_security\_for\_an\_urban\_century%20South%20America%20(1).pdf>. Acesso em: 3 jun. 2016. – N. E.]

<sup>3</sup> William M. Reilly, “Urban Populations Booming”, *TerraDaily.com*, 27 jun. 2007. Disponível em: <www.terradaily.com/reports/Urban\_Populations\_Booming\_999.html>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>4</sup> UN-Habitat, *State of the Worlds Cities 2006/7* (Nairóbi, UN-Habitat, 2007), p. 4.

Enquanto centros de gravidade demográficos, políticos, econômicos e talvez tecnológicos emergirem no Sul, enormes mudanças demográficas e econômicas inevitavelmente vão continuar. Num passado tão recente quanto 1980, treze das trinta maiores cidades do mundo ficavam no “mundo desenvolvido”; em 2010, esse número tinha diminuído para oito. Em 2050, é provável que apenas algumas das trinta principais megacidades estejam localizadas nas antigas nações “desenvolvidas” (Figura 1.1).

	1980		1990		2000		2010	
1	Tóquio	21,9	Tóquio	25,1	Tóquio	26,4	Tóquio	26,4
2	Nova York	15,6	Nova York	16,1	Cidade do México	18,1	Bombaim*	23,6
3	Cidade do México	13,9	Cidade do México	15,1	Bombaim*	18,1	Lagos	20,2
4	São Paulo	12,5	São Paulo	15,1	São Paulo	17,8	São Paulo	19,7
5	Xangai	11,7	Xangai	13,3	Nova York	16,6	Cidade do México	18,7
6	Osaka	10,0	Bombaim	12,2	Lagos	13,4	Daca	18,4
7	Buenos Aires	9,9	Los Angeles	11,5	Los Angeles	13,1	Nova York	17,2
8	Los Angeles	9,5	Buenos Aires	11,2	Calcutá	12,9	Karachi	16,6
9	Calcutá	9,0	Osaka	11,0	Xangai	12,9	Calcutá*	15,6
10	Pequim	9,0	Calcutá	10,9	Buenos Aires	12,6	Jacarta	15,3
11	Paris	8,9	Pequim	10,8	Daca	12,3	Délhi	15,1
12	Rio de Janeiro	8,7	Seul	10,5	Karachi	11,8	Los Angeles	13,9
13	Seul	8,3	Rio de Janeiro	9,7	Délhi	11,7	Grande Manila	13,9
14	Moscou	8,1	Paris	9,3	Jacarta	11,0	Buenos Aires	13,7
15	Bombaim	8,1	Moscou	9,0	Osaka	11,0	Xangai	13,7
16	Londres	7,7	Tianjin	8,8	Grande Manila	10,9	Cairo	12,7
17	Tianjin	7,3	Cairo	8,6	Pequim	10,8	Istambul	11,8
18	Cairo	6,9	Délhi	8,2	Rio de Janeiro	10,6	Pequim	11,5
19	Chicago	6,8	Grande Manila	8,0	Cairo	10,6	Rio de Janeiro	11,5
20	Essen	6,3	Karachi	7,9	Seul	9,9	Osaka	11,0
21	Jacarta	6,0	Lagos	7,7	Paris	9,6	Tianjin	10,0
22	Grande Manila	6,0	Londres	7,7	Istambul	9,5	Seul	9,9
23	Délhi	5,6	Jacarta	7,7	Moscou	9,3	Paris	9,7
24	Milão	5,3	Chicago	6,8	Tianjin	9,2	Hyderabad	9,4
25	Teerã	5,1	Daca	6,6	Londres	7,6	Moscou	9,4

	1980	1990	2000	2010
26	Karachi 5,0	Istambul 6,5	Lima 7,4	Bangcoc 9,0
27	Bangcoc 4,37	Teerã 6,4	Bangcoc 7,3	Lima 8,8
28	São Petersburgo 4,6	Essen 6,4	Teerã 7,2	Lahore 8,6
29	Hong Kong 4,6	Bangcoc 5,9	Chicago 7,0	Madras* 8,2
30	Lima 4,4	Lima 5,8	Hong Kong 6,9	Teerã 8,1

1.1 As trinta maiores cidades do mundo em 1980, 1990, 2000 e 2010 (projeção). A tabela ilustra o crescente predomínio de “megacidades” no Sul global.

\* Bombaim passou a se chamar Mumbai em 1995; Calcutá passou a se chamar Kolkata em 2001; e Madras passou a se chamar Chennai em 1996. Porém, para efeito de comparação, mantivemos os antigos nomes em todas as colunas. (N. E.)

## Mundo polarizado

Estamos descobrindo o que países de todo o mundo em desenvolvimento viveram no decorrer de três décadas: economias neoliberais instáveis e injustas levam a níveis inaceitáveis de ruptura social e privações que só podem ser contidas por uma repressão brutal.<sup>5</sup>

A rápida urbanização do mundo importa muito. Como a ONU declarou, “a maneira como as cidades se expandem e se organizam, tanto no mundo desenvolvido quanto no em desenvolvimento, vai ser decisiva para a humanidade”<sup>6</sup>.

Enquanto cidades de relativa igualdade, como as da Europa ocidental continental, tendem a oferecer uma sensação de segurança, sociedades altamente desiguais são, com frequência, marcadas pelo medo, por altos níveis de crime e violência e pela militarização cada vez mais intensa. O predomínio de modelos neoliberais de administração nas últimas três décadas, combinado com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social, exacerbou as desigualdades urbanas. Como resultado, os pobres da cidade são muitas vezes confrontados com

<sup>5</sup> Madeleine Bunting, “Faith, Belief, Trust. This Economic Orthodoxy Was Built on Superstition”, *The Guardian*, Londres, 6 out. 2008.

<sup>6</sup> Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), *The State of World Population 2007: Unleashing the Potential of Urban Growth* (Nova York, UNFPA, Rensselaer Polytechnic Institute, 2007).

redução nos serviços públicos, de um lado, e uma palpável demonização e criminalização, do outro.

O neoliberalismo – a reorganização das sociedades pela imposição disseminada de relações de mercado – fornece a atual ordem econômica dominante, ainda que aturdida pela crise<sup>7</sup>. Nesse contexto, as sociedades tendem a vender os bens públicos (sejam companhias de serviços públicos, sejam espaços públicos) e abrem os mercados domésticos para o capital estrangeiro. Estratégias de mercado para a distribuição de serviços públicos prejudicam e suplantam programas sociais, de saúde e bem-estar social<sup>8</sup>.

Uma expansão extraordinária de instrumentos financeiros e mecanismos especulativos também é fundamental para o neoliberalismo. Todas as áreas da sociedade se tornam mercantilizadas e financeirizadas. Tanto Estados quanto consumidores acumulam dívidas financeiras drásticas, securitizadas por instrumentos arcanos das bolsas de valores globais. Em 2006, pouco antes do início da crise financeira global, mercados financeiros negociavam mais em um mês do que o produto interno bruto anual do mundo todo<sup>9</sup>.

Na prática, os tão alardeados axiomas econômicos de “privatização”, “ajuste estrutural” e o “Consenso de Washington” camuflam transformações preocupantes. Eles funcionam como eufemismo para o que Gene Ray chamou de “coerções coordenadas de prisão dos devedores globais, para a pulverização da mão de obra local e das proteções ambientais, e para escancarar todos os mercados para as operações não reguladas do capital financeiro”<sup>10</sup>. A riqueza foi arrancada das economias pobres e vulneráveis pelas predações flagrantes do capital global, organizadas a partir de umas poucas megacidades do Norte. Políticas de ajuste estrutural (SAPs, na sigla em inglês) impostas às nações pobres do mundo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial entre o fim da década de 1970 e

<sup>7</sup> Ver Michael Pryke, “City Rhythms: Neoliberalism and the Developing World”, em John Allen, Doreen Massey e Michael Pryke (orgs.), *Unsettling Cities* (Londres, Routledge, 1999), p. 229-70.

<sup>8</sup> Chris Wright e Samantha Alvarez, “Expropriate, Accumulate, Financialise”, *Mute Magazine*, 10 maio 2007. Disponível em: <www.metamute.org>. Acesso em: 1º abr. 2016.

<sup>9</sup> Randy Martin, “Where Did The Future Go?”, *Logos*, v. 5, n. 1, 2006.

<sup>10</sup> Gene Ray, “Tactical Media and the End of the End of History”, *Afterimage*, v. 34, n. 1-2, 2006.

o fim da de 1990 reorganizaram economias ignorando questões de bem-estar social e segurança humana. O resultado foi uma ruptura enorme, insegurança disseminada e um processo de urbanização gigantesco e informal. Condições deteriorantes em áreas agrícolas cada vez mais mercantilizadas – muitas vezes combinadas com a remoção forçada de sistemas de bem-estar social sob as restrições das políticas de ajuste estrutural<sup>11</sup> – forçaram muitas pessoas a migrar para a cidade.

Então, invariavelmente, “liberalização” tem significado um colapso nas oportunidades de emprego formal para populações urbanas marginais; um enfraquecimento das redes de segurança fiscal, social e médica, dos sistemas de saúde pública, das companhias de serviços públicos e dos serviços educacionais; e um gigantesco crescimento tanto do débito dos consumidores quando do setor informal das economias. Esses regimes fiscais e de débito com frequência tenderam a, nas palavras de Mike Davis, “dilapidar as finanças públicas de países em desenvolvimento e sufocar novos investimentos em moradia e infraestrutura”. Assim, as políticas de ajuste estrutural funcionaram em muitos casos para “dizimar o funcionalismo público, destruir as indústrias de substituições de importação e deslocar dezenas de milhares de produtores rurais incapazes de competir com o agrocapitalismo altamente subsidiado dos países ricos”<sup>12</sup>.

Tais processos têm sido uma força motriz fundamental por trás do aumento da desigualdade nas últimas três décadas. No mundo todo, fissuras sociais e polarização extrema – intensificadas pela disseminação global do capitalismo neoliberal e do fundamentalismo de mercado – tendem a se concentrar de modo mais visível e denso em cidades em desenvolvimento. A paisagem urbana está hoje povoada por alguns indivíduos abastados, uma classe média muitas vezes precária e uma massa de párias. Em quase toda parte, ao que parece, a riqueza, o poder e os recursos estão se tornando mais e mais concentrados nas mãos dos ricos e super-ricos, que se isolam cada vez mais em casulos urbanos murados e implantam seus próprios sistemas de segurança ou forças paramilitares para as tarefas de imposição de limites e controle de acesso. “Em muitas cidades mundo afora, riqueza e pobreza

coexistem com muita proximidade”, escreveu Anna Tibaijuk, diretora do Programa de Habitação da ONU (UN-Habitat), em 2008.

Bairros ricos e bem cuidados e condomínios residenciais fechados muitas vezes estão localizados perto de favelas do centro ou da periferia que carecem dos serviços mais básicos. [A divisão muitas vezes é] claramente marcada por cercas elétricas e muros altos, com frequência patrulhados por empresas de segurança privada armada dotadas de cães assassinos.<sup>13</sup>

Essas tendências têm duas dimensões relacionadas. Por um lado, o neoliberalismo global acentuou desigualdades já escancaradas entre as nações ricas e as pobres. Quanto mais os mercados, bolhas especulativas e fusões aumentam o poder monopolístico do capital dominante, parcelas cada vez maiores de riqueza se acumulam nas mãos de um número cada vez menor de pessoas e nos enclaves urbanos em que elas se concentram. “O hiato entre a renda dos países mais pobres e a dos mais ricos continua aumentando”, confirmam as Nações Unidas. “Em 1960, os 20% dos habitantes do mundo nos países mais ricos tinham trinta vezes a renda dos 20% nos países mais pobres; em 1997, 74 vezes”<sup>14</sup>.

Até os economistas do Banco Mundial viram com preocupação, em 2002, que “o 1% mais rico do mundo tem tanta renda quanto os 57% mais pobres”<sup>15</sup>. Espantosamente, em 1988, os 5% mais ricos da população mundial tinham uma renda média 78 vezes maior do que os 5% mais pobres; apenas cinco anos depois, isso tinha aumentado para um múltiplo de 114. Ao mesmo tempo, os 5% mais pobres da população mundial na verdade se tornaram mais pobres, perdendo efetivamente um quarto de sua renda real<sup>16</sup>.

Estima-se que, em 2006, 10,1 milhões de indivíduos mundo afora tinham um patrimônio líquido de mais de US\$ 1 milhão, excluindo o valor de seus domicílios. Isso representou um aumento de 6% em relação

<sup>11</sup> Ver Nigel Harris e Ida Fabricius (orgs.), *Cities and Structural Adjustment* (Londres, University College London Press, 1996).

<sup>12</sup> Mike Davis, “The Urbanization of Empire”, cit., p. 2.

<sup>13</sup> Citada em UN-Habitat, “UN-Habitat Unveils State of the World’s Cities Report”, 23 out. 2008. Disponível em: <www.unhabitat.org>. Acesso em: 1º abr. 2016.

<sup>14</sup> Projeto de Desenvolvimento das Nações Unidas, *Human Development Report 1999* (Nova York, ONU, 1999), p. 36.

<sup>15</sup> Branco Milanovic, “True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculations Based on Household Surveys Alone”, *The Economic Journal*, v. 112, jan. 2002, p. 88.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 51-92.

ao ano anterior. Cada indivíduo dentro desse grupo de elite tinha ativos que somavam, em média, mais de US\$ 4 milhões. Essa “classe capitalista transnacional” hoje compõe o que os pesquisadores do Citigroup chamaram de “força motriz dominante da demanda” em muitas economias contemporâneas. Ela atua para ficar com “a nata das ondas de produtividade e dos monopólios de tecnologia, para depois gastar [...] suas parcelas cada vez maiores da riqueza nacional o mais rápido possível em produtos e serviços de luxo”<sup>17</sup>. No processo, gera enormes pegadas ecológicas e de carbono. Enquanto isso, em meio ao turbilhão do colapso dos sistemas financeiros, “a maior parte do mundo observa o grande banquete pela televisão”<sup>18</sup>.

Por outro lado, e não é nenhuma surpresa, as desigualdades sociais também estão aumentando com rapidez no interior de nações, regiões e cidades. Muitos economistas concordariam com Giovanni Andrea Cornia quando ele diz que “a maior parte da onda recente de polarização de renda [dentro das nações] parece estar relacionada à tendência política em direção à desregulamentação doméstica e liberalização externa”<sup>19</sup>. Isso tendeu a concentrar riqueza em classes sociais, corporações e locais capazes de lucrar com a privatização e a extensão de capital financeiro, enquanto prejudicou salários, o patrimônio e a segurança de indivíduos e lugares mais marginalizados.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o coeficiente de Gini – a melhor medida de desigualdade social – aumentou do nível já alto de 0,394 em 1970 para 0,462 em 2000. (Um índice 0 indica igualdade perfeita, em que todos têm a mesma renda; um resultado igual a 1 representa uma desigualdade perfeita, em que uma pessoa arrecada toda a renda e todos os demais têm renda zero. Acima de 0,3 implica uma sociedade extremamente desigual.) Assim, a polarização social nos Estados Unidos é hoje em dia excedida apenas por alguns países muito pobres da África e da América Latina<sup>20</sup>.

Em 2007, a renda do um quinto mais rico da população estado-unidense estava calculada em US\$ 168.170 por ano, enquanto o um quinto mais

pobre sobrevivia com uma média de US\$ 11.352. Tem sido uma febre para algumas dúzias de super-ricos: os Estados Unidos tinham 51 bilionários em 2003 e 313 no ano seguinte<sup>21</sup>. “Nos Estados Unidos, essas concentrações extremas de riqueza são combinadas com níveis extraordinariamente altos de encarceramento entre os grupos mais pobres. Sendo a principal “democracia penal” do mundo<sup>22</sup>, os Estados Unidos, com 5% da população do mundo, contavam com 24% do total mundial de prisioneiros (mais de 2 milhões de pessoas) em 2007<sup>23</sup>.

Enquanto isso, o Reino Unido hoje é a nação mais polarizada da Europa ocidental com exceção da Itália. Sua desigualdade de renda – mais uma vez, medida pelo coeficiente de Gini – aumentou drasticamente desde o começo dos anos 1960, com a reforma da economia por uma radical rerregulamentação, privatização e neoliberalização. Para os 10% mais ricos da população do Reino Unido, as rendas aumentaram, em termos reais, em 68% entre 1979 e 1995. Sua renda coletiva hoje equivale à dos 70% mais pobres da nação. Durante o mesmo período, a renda domiciliar entre os 10% mais pobres do Reino Unido caiu efetivamente 8% (sem considerar os custos habitacionais). Isso rapidamente reverteu a redução da desigualdade alcançada durante o *boom* keynesiano no Reino Unido.

Considerando custos com habitação, os 10% mais ricos da nação aumentaram sua fatia de riqueza negociável do Reino Unido de 57% em 1976 para 71% em 2003. Ao mesmo tempo, de acordo com Phillip Blond, do jornal *The Independent*, “o capital especulativo que poderia ser alocado ou investido pelos 50% da base da população britânica caiu de 12% para apenas 1%”<sup>24</sup>.

A imposição do fundamentalismo de mercado teve efeitos especialmente espetaculares no bloco ex-comunista Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon, na sigla em inglês), depois do colapso do comunismo no fim dos anos 1980. Isso não só gerou um punhado de

<sup>17</sup> As duas citações vêm de: Mike Davis e Daniel Bertrand Monk (orgs.), *Evil Paradises: Dreamworlds of Neoliberalism* (Nova York, New Press, 2007), p. xi-xii.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. xiii.

<sup>19</sup> Giovanni Andrea Cornia, “The Impact of Liberalisation and Globalisation on Within-country Income Inequality”, *CESifo Economic Studies*, v. 49, n. 4, 2003, p. 581.

<sup>20</sup> Pat Murphy, “Peak America – Is Our Time Up?”, *New Solutions*, n. 7, 2005, p. 2. Disponível em: <www.communitysolution.org>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>21</sup> Holly Sklar, “Boom Time for Billionaires”, *ZNet Commentary*, 15 out. 2004, citado em Henry Giroux, “The Conservative Assault on America: Cultural Politics, Education and the New Authoritarianism”, *Cultural Politics*, v. 1, n. 2, p. 143.

<sup>22</sup> Joy James (org.), *Warfare in the American Homeland: Policing and Prison in a Penal Democracy* (Durham [NC], Duke University Press, 2007).

<sup>23</sup> Ashley Seager, “Development: US Fails to Measure Up on ‘Human Index’”, *The Guardian*, Londres, 17 jul. 2008.

<sup>24</sup> Phillip Blond, “Outside View: The End of Capitalism as We Know It?”, *The Independent*, Londres, 23 mar. 2008.

bilionários e oligarcas, mas, ao mesmo tempo, aumentou o número de pessoas vivendo na pobreza e na profunda insegurança: de 3 milhões em 1988 para 170 milhões em 2004<sup>25</sup>.

Em termos globais, em 2007, bem mais do que um bilhão de pessoas – um terço de toda a população urbana – tinham uma existência muito precária em favelas e assentamentos informais de rápido crescimento<sup>26</sup>. Cada vez mais, o mundo em desenvolvimento está sendo dominado por populações empobrecidas de favelas cujas inseguranças diárias favorecem a receptividade a ideologias e movimentos radicais violentamente antiocidentais. A maioria dos residentes de assentamentos informais leva uma vida especialmente precária porque constitui o que Mike Davis chama de “proletariado excluído”: “Essa é uma massa da humanidade”, escreveu ele, “estrutural e biologicamente redundante para o acúmulo global [de capital] e a matriz corporativa”<sup>27</sup>. Nem consumidores nem produtores, não integrados ao sistema corporativo dominante da globalização; em vez disso, eles tentam se beneficiar de modo indireto – por meio dos “mercados negros” e do trabalho informal – do centro urbano que literalmente cercam.

É bastante fácil para as elites políticas, corporativas ou militares retratarem os residentes de assentamentos informais como ameaças existenciais, até sub-humanas, à economia neoliberal “formal” e seu arquipélago de enclaves urbanos privilegiados de residência, produção, especulação, transporte e turismo. Em toda parte, as fronteiras urbanas entre os “interiores” e os “exteriores” da ordem econômica dominante do nosso planeta revelam espaços de militarização palpável, na medida em que forças de segurança estatais e corporativas tentam não apenas policiar, mas também, com frequência, lucrar com as relações entre os dois lados<sup>28</sup>. Favelas com frequência são demolidas por urbanistas estatais, forças policiais ou militares, seja para liberar a área para a modernização da infraestrutura ou para a especulação imobiliária, seja para lidar com supostas ameaças de crime ou doença, seja simplesmente para afastar as populações marginalizadas da vista dos enclaves.

Está claro que, assim como políticas públicas, sociais e de saúde se provaram inadequadas para lidar com as inseguranças criadas por enormes assentamentos informais<sup>29</sup>, as políticas e doutrinas de cumprimento das leis e os militares também estão mal preparados para lidar com o crescimento desses assentamentos. Esses lugares criam o que Mike Davis chama de “problemas únicos de ordem imperial e controle social que a geopolítica convencional mal começou a registrar”. Ele faz a previsão solene de que “se o objetivo da guerra contra o terror for perseguir o inimigo dentro de seu labirinto sociológico e cultural, então as periferias pobres das cidades em desenvolvimento serão os campos de batalha permanentes do século XXI”<sup>30</sup>.

Ao mesmo tempo, as políticas de segurança nacionais e internacionais se concentram em resguardar o arquipélago de enclaves urbanos em rápida fusão organizados por e para os mesmos grupos que mais se beneficiam da neoliberalização. Mesmo assim, os ancoradouros dos super-ricos são sempre frágeis, e essa classe emergente está na proa do desenraizamento transnacional. “As pessoas da ‘camada superior’ não aparentam pertencer ao local onde vivem”, escreve Zygmunt Bauman. “Suas preocupações se assentam (ou flutuam) em outra parte”<sup>31</sup>.

Ainda assim, determinadas cidades – em especial Londres – estão se transformando radicalmente, sendo redesenhadas como espaços primordiais para os *über*-ricos do mundo. Por meio de um urbanismo grandioso, outras cidades – notadamente Dubai – estão emergindo como a materialização supercarregada e hiper-real de extremos globais, com o objetivo principal de atrair os super-ricos para férias e talvez algo mais. Como escreveu Mike Davis, em Dubai as construtoras

são convidadas a se conectar a *clusters* da alta tecnologia, zonas de entretenimento, ilhas artificiais, “montanhas de neve” cercadas por vidro, subúrbios no estilo de *O Show de Truman*, cidades dentro de cidades – o que quer que seja grande o bastante visto do espaço e esteja explodindo de esteroides arquitecônicos.<sup>32</sup>

<sup>25</sup> Mike Davis, “The Urbanization of Empire”, cit., p. 12.

<sup>26</sup> Idem, *Planet of Slums* (Londres, Verso, 2006) [ed. bras.: *Planeta favela*, trad. Beatriz Medina, São Paulo, Boitempo, 2006].

<sup>27</sup> Mike Davis, “The Urbanization of Empire”, cit., p. 11.

<sup>28</sup> Ver Loïc Wacquant, “The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis”, *International Political Sociology*, v. 2, n. 1, 2008, p. 56-74.

<sup>29</sup> Ver Humansecurity-cities.org, *Human Security for an Urban Century*, cit., p. 9.

<sup>30</sup> Mike Davis, “The Urbanization of Empire”, cit., p. 15.

<sup>31</sup> Zygmunt Bauman, *City of Fears, City of Hopes* (Londres, Goldsmiths College, University of London, New Cross, 2003), p. 16. Disponível em: <www.goldsmiths.ac.uk>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>32</sup> Mike Davis, “Sand, Fear and Money in Dubai”, em Mike Davis e Daniel Bertrand Monk (orgs.), *Evil Paradises* (Nova York, New Press, 2007), p. 51.

### Urbanismo do antigo militarismo

Olhando para as paisagens urbanas de Dubai, é fácil esquecer que muitas cidades do mundo surgiram, pelo menos em parte, como construções militares. A história da concepção, construção e ocupação dos espaços urbanos não pode ser contada sem levar em consideração o papel central deles como locais primordiais de poder e controle militar<sup>33</sup>. Nos tempos pré-modernos e no início da modernidade, cidades e cidades-Estado eram os agentes primários, bem como os principais alvos, da guerra. A pilhagem de cidades fortificadas, junto com o assassinato de seus habitantes, era o evento central da guerra<sup>34</sup>. Histórias em parte alegóricas desses atos compõem boa parte da Bíblia – em especial no Livro de Jeremias e no das Lamentações –, bem como outros textos antigos e clássicos. “Mitos de ruína urbana crescem da raiz da nossa cultura”, afirma Marshall Berman<sup>35</sup>.

Nos séculos XVI e XVII, os Estados-nação europeus modernos que emergiam – “repositórios de poder cercados” dentro dos primeiros sistemas de capitalismo imperial global – começaram a buscar um monopólio da violência política<sup>36</sup>. “Os Estados alcançaram o avanço das cidades como agentes de guerra”, escreve Fernand Braudel<sup>37</sup>. As cidades metropolitanas e imperiais em expansão que ficavam no núcleo desses Estados-nação não mais organizavam seus próprios exércitos nem suas próprias defesas, mas mantinham seu poder e alcance político. Elas dirigiam a violência, o controle e a repressão, além da aquisição colonial de território, matérias-primas, riqueza e força de trabalho<sup>38</sup>.

Desde então, as cidades se tornaram agentes centrais nas muitas formas de violência causadas pelo imperialismo capitalista. Um elemento crucial

tem sido sua capacidade de “centralizar atividades militares, política, econômicas e, ao fazê-lo, atrair formações sociais de outra forma díspares para relações estruturais hierárquicas e de exploração em escalas espaciais de abrangências diversas”<sup>39</sup>. Mas a violência repressora em grande escala nem sempre foi necessária nas cidades coloniais que serviam para organizar os impérios das potências ocidentais; a classe média e as mais baixas muitas vezes eram integradas às economias coloniais de exploração e dependiam delas<sup>40</sup>. No entanto, a guerra, a eliminação e a supressão violenta de revoltas – contra guerrilhas revolucionárias rurais, contra movimentos de independência, contra indústrias e comunidades nativas, contra minorias demonizadas – eram igualmente indispensáveis para a conquista e a exploração colonial. Aliás, como Pierre Mesnard y Méndez escreve, a “base econômica para o triunfo do capitalismo foi a pilhagem da guerra colonial do século XV até o XVIII e XIX”<sup>41</sup>. Mais especificamente, a construção dos impérios imperialistas da Europa foi sustentada por um amplo espectro de guerras urbanas que avançavam entre a exploração e as persistentes lutas que aconteciam nas colônias, de um lado, e a política igualmente volátil das metrópoles imperiais no “coração do império”, de outro<sup>42</sup>.

Técnicas e tecnologias de repressão e guerra colonial urbana fazem um percurso de mão dupla entre fronteiras coloniais e centros metropolitanos europeus. (Foucault chamou esses vínculos de “efeito bumerangue”, como discutido na Introdução deste volume.)

As potências europeias combateram rebeliões e insurgências nas cidades e zonas rurais nas franjas de seus impérios, ao mesmo tempo que operavam para proteger “suas capitais em crescimento explosivo contra rebeliões e revoluções domésticas alimentadas por lutas de classe”<sup>43</sup>. No processo:

<sup>33</sup> Ver Max Weber, *The City* (Glencoe [IL], Free Press, 1958); Lewis Mumford, *The City in History* (Nova York, MJF Books, 1961).

<sup>34</sup> Ver Christopher Gravett, *Medieval Siege Warfare* (Oxford, Osprey Publishing, 1990).

<sup>35</sup> Marshall Berman, “Falling Towers: City Life After Urbicide”, em Dennis Crowe (org.), *Geography and Identity* (Washington, Maisonneuve Press, 1996), p. 172-92.

<sup>36</sup> Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence* (Los Angeles, The University of California Press, 1987) [ed. bras.: *O Estado-Nação e a violência*, trad. Beatriz Guimarães, São Paulo, Edusp, 2001].

<sup>37</sup> Fernand Braudel, *Capitalism and Material Life* (Nova York, Harper Collins, 1973), p. 398.

<sup>38</sup> Ver Felix Driver e David Gilbert (orgs.), *Imperial Cities* (Manchester, Manchester University Press, 2003).

<sup>39</sup> Kanishka Goonewardena e Stefan Kipfer, “Postcolonial Urbicide: New Imperialism, Global Cities and the Damned of the Earth”, *New Formations*, v. 59, 2006, p. 23-33.

<sup>40</sup> Ver Mike Davis, “The Urbanization of Empire”, cit., p. 9; Anthony King, *Urbanism, Colonialism and the World Economy* (Londres, Routledge, 1991).

<sup>41</sup> Pierre Mesnard y Méndez, “Capitalism Means/Needs War”, *Socialism and Democracy*, v. 16, n. 2, 2002.

<sup>42</sup> Ver Henri Lefebvre, *The Critique of Everyday Life*, v. 1 (Londres, Verso, 1991); Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, “Colonization and the New Imperialism: On the Meaning of Urbicide Today”, *Theory and Event*, v. 10, n. 2, 2007, p. 1-39.

<sup>43</sup> Eyal Weizman e Phil Misselwitz, “Military Operations as Urban Planning”, *Mute Magazine*, ago. 2003.

O campo de batalha se mudou dos descampados para os muros da cidade e se posicionou ainda mais no interior do coração urbano, como uma luta pela própria cidade. Se a histórica guerra de sítio acabou quando o valo da cidade foi rompido e invadido, a guerra urbana começou no momento de entrada na cidade.<sup>44</sup>

Essas guerras urbanas coloniais e efeitos bumerangue são lembretes contemporâneos dos perigos de tentar aplacar a resistência de guerrilha em cidades ocupadas por meio de poder militar superior, atos de brutalidade, violência urbicida ou reestruturação física agressiva. Experimentos espaciais no laboratório da cidade colonial muitas vezes prepararam o terreno para o replanejamento da metrópole colonial. Nos anos 1840, por exemplo, depois que o marechal Thomas Robert Bugeaud<sup>45</sup> conseguiu reprimir a insurreição em Argel combinando atrocidades e a destruição de bairros inteiros para abrir caminho para estradas modernas, suas técnicas de “planejamento urbano atravessaram o Mediterrâneo, do interior argelino, onde foram testadas, para as ruas e becos de Paris”<sup>46</sup>. Para minar o fermento revolucionário dos pobres de Paris, Bugeaud elaborou um plano para a violenta reorganização da cidade por meio da construção de amplas rodovias militares – um plano mais tarde implementado por um ávido leitor seu, o barão Haussmann<sup>47</sup>.

No final do século XIX e no século XX, cidades industriais no Norte global tinham crescido em sincronia com o poder de destruição da tecnologia. Elas forneciam os homens e equipamentos para sustentar as enormes guerras do século XX, enquanto seus bairros e suas indústrias (muitas das quais com trabalhadoras mulheres) emergiam como os principais alvos para a guerra total. Assim, a cidade industrial se tornou

[...] em sua totalidade um espaço de guerra. Em poucos anos [...] os bombardeios foram da destruição seletiva de locais-chave nas cidades para ataques amplos a áreas urbanas e, finalmente, para a aniquilação instantânea de populações e espaços urbanos inteiros.<sup>48</sup>

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Em 1847 Bugeaud escreveu talvez o primeiro manual ocidental de guerra urbana: *La Guerre des Rues et des Maisons* [A guerra de ruas e casas] (Paris, Jean-Paul Rocher, 1997).

<sup>46</sup> Eyal Weizman, Introdução, em Thomas Bugeaud, “The War of Streets and Houses”, *Cabinet*, n. 22, 2006. Disponível em: <www.cabinetmagazine.org>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Martin Shaw, *War and Genocide* (Cambridge, Polity Press, 2003).

Às vezes, réplicas exatas da arquitetura vernacular das cidades eram construídas para serem bombardeadas, a fim de facilitar o aprimoramento do processo. Em Dugway Proving Grounds, em Utah, por exemplo, a Aeronáutica estado-unidense construiu réplicas exatas dos prédios de apartamentos de Berlim ao lado de povoados japoneses de madeira e papel de arroz, e os incendiou repetidas vezes para aperfeiçoar o projeto de suas bombas incendiárias<sup>49</sup>.

### O olho do artilheiro

Com a destruição mutuamente garantida da Guerra Fria, tais sutilezas se tornaram menos necessárias. Como escreveu Martin Shaw, “com os mísseis intercontinentais, a capacidade de destruir simultaneamente *todos* os principais centros de vida urbana se tornou um símbolo da degeneração da guerra”<sup>50</sup>. Contudo, grandes esforços foram feitos nos Estados Unidos durante a Guerra Fria para construir um bastião para se contrapor tanto ao Armagedom nuclear quanto à ameaça comunista<sup>51</sup>. Desses esforços surgiram a família nuclear, a casa no bairro residencial suburbano e o Estado nuclear, fundidos no bastião político-cultural da vida estado-unidense.

Até o começo do século XXI, a captura de cidades estratégicas e politicamente importantes continuou sendo “o símbolo maior da conquista e da sobrevivência nacional”<sup>52</sup>. Ademais, desde a falência dos sistemas óbvios de fortificações urbanas, o desenho, o planejamento e a organização das cidades foram moldados por questões estratégicas e geopolíticas – um tópico negligenciado nos estudos urbanos *mainstream*<sup>53</sup>. Além de fornecer a famosa “máquina para a vida” e trazer luz e ar para as massas urbanas, urbanistas e arquitetos modernistas imaginavam que situar torres residenciais dentro de parques seria

<sup>49</sup> Ver Mike Davis, *Dead Cities, and Other Tales* (Nova York, New Press, 2003), cap. 3.

<sup>50</sup> Martin Shaw, “New Wars of the City: Relationships of ‘Urbicide’ and ‘Genocide’”, em Stephen Graham (org.), *Cities, War and Terrorism* (Oxford, Blackwell, 2004), p. 143.

<sup>51</sup> Laura McEnaney, *Civil Defense Begins at Home* (Princeton, Princeton University Press, 2000).

<sup>52</sup> Martin Shaw, “New Wars of the City”, manuscrito não publicado, 2001. Disponível em: <www.martinshaw.org>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>53</sup> Ryan Bishop e Greg Clancey, “The City-as-Target, or Perpetuation and Death”, em Stephen Graham (org.), *Cities, War and Terrorism*, cit., p. 54-73.

uma forma de reduzir a vulnerabilidade das cidades a bombardeios aéreos. Essas torres também foram projetadas para colocar os urbanoídes acima do gás mortal que à época se esperava que houvesse dentro das bombas<sup>54</sup>.

Junto com o “êxodo branco” para os subúrbios residenciais, o urbanismo do começo da Guerra Fria nos Estados Unidos tentou enxergar as cidades do país “pelo olhar do artilheiro”<sup>55</sup> e ativamente estimulou a descentralização e o espraiamento como maneira de reduzir a vulnerabilidade da nação a um ataque nuclear soviético precedente<sup>56</sup>. E costuma-se esquecer que o enorme sistema de rodovias interestaduais norte-americano foi inicialmente chamado de um sistema “de rodovias de defesa” e em parte desenhado para auxiliar a mobilização militar e a evacuação no caso de uma guerra nuclear global. Anunciando o plano em 1954, o vice-presidente Richard Nixon argumentou que a maior razão de ser do projeto era “atender às demandas de uma catástrofe ou defesa, caso ocorra uma guerra atômica”<sup>57</sup>. Enquanto isso, novas cidades e novas capitais luminosas e modernistas foram erguidas mundo afora, tanto por urbanistas soviéticos e ocidentais quanto por programas de auxílio estrangeiros, como forma de manter o apoio geopolítico nas fronteiras mundialmente alargadas da Guerra Fria<sup>58</sup>.

Enquanto isso, de volta aos Estados Unidos, gigantescos novos distritos de alta tecnologia, como o Vale do Silício, na Califórnia, foram forjados como motores de uma nova “economia do conhecimento” voltada para as cidades “globais” emergentes, como é bastante sabido. Muito menos reconhecido é o fato de que esses “tecnopolos” também eram forjas-chave das tecnologias de controle militar que sustentaram a Guerra Fria e, mais tarde, foram mobilizadas como base para a transformação das forças estado-unidenses através

<sup>54</sup> Ver Jose Luis Sert e Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, *Can Our Cities Survive?: An ABC of Urban Problems, their Analysis, their Solutions; Based on the Proposals Formulated by the C.I.A.M.* (Cambridge [MA], Harvard University Press, 1942).

<sup>55</sup> Peter Gallison, “War against the Center”, *Grey Room*, n. 4, 2001, p. 29.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 5-33; Michael Quinn Dudley, “Sprawl as Strategy: City Planners Face the Bomb”, *Journal of Planning Education and Research*, v. 21, n. 1, 2001, p. 52-63; Matthew Parish, “Another Anxious Urbanism: Simulating Defense and Disaster in Cold War America”, em Stephen Graham (org.), *Cities, War and Terrorism*, cit., p. 93-109.

<sup>57</sup> Citado em Dan McNichol, *The Roads That Built America: The Incredible Story of the US Interstate System* (Nova York, Sterling Publishing, 2006), p. 103.

<sup>58</sup> Michelle Provoost, “New Towns on the Cold War Frontier”, *Eurozine*, jun. 2006. Disponível em: <www.eurozine.com>. Acesso em: 30 mar. 2016.

da “Revolution in Military Affairs” – ou Revolução dos Assuntos Militares<sup>59</sup>. Ao mesmo tempo, os imperativos que se apresentaram à nova ciência militar da cibernética logo se ampliaram do controle remoto de mísseis para a tarefa de organizar novas maneiras de reconstruir cidades norte-americanas durante os anos de eliminação em massa das “favelas” nas décadas de 1950 e 1960, bem como construir as primeiras redes de TV a cabo<sup>60</sup>.

Também não podemos esquecer as implicações geopolíticas e de segurança internacional mais indiretas das geografias e arquiteturas de urbanização da Guerra Fria. A suburbanização subsidiada pelo Estado, por exemplo, foi o axioma central do “keynesianismo militar” que sustentou os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Juntas, como argumentou Andrew Ross, a acelerada suburbanização subsidiada pelo Estado e a militarização e a pesquisa tecnológica no bojo da Guerra Fria podem, de fato, ser consideradas

as âncoras econômicas gêmeas da Pax Americana, e, até o ponto em que ainda cabe, representam um perigo claro e presente para qualquer um que tenha o azar suficiente de ficar no caminho do combustível que abastece suas necessidades energéticas.<sup>61</sup>

Nas fronteiras coloniais e imperiais, enquanto isso, a Guerra Fria foi caracterizada por um complexo conjunto formado de guerrilhas urbanas bem “esquentadas”, guerras por independência e por procuração. Guerras brutais em plena escala ou batalhas urbanas de baixa intensidade em Seul (1950), Argel (1954-1962), Hué (1968), Praga (1968), na Irlanda do Norte (1968-1998), na África do Sul (1948-1990), em Israel-Palestina (1948-) e em toda parte se fundiram com lutas dentro dos centros metropolitanos imperiais do Norte pelo “direito à cidade” – o movimento pelos direitos civis; movimentos sociais antirracismo, antiguerra, ambientalistas e pós-coloniais; revoltas urbanas<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> Ver Manuel Castells, “High Technology and the Transition from the Urban Welfare State to the Suburban Warfare State”, em *The Informational City* (Oxford, Blackwell, 1989); Anne Markusen et al., *The Rise of the Gumbelt: The Military Remapping of Industrial America* (Oxford, Oxford University Press, 1991).

<sup>60</sup> Jennifer Light, *From Warfare to Welfare: Defense Intellectuals and Urban Problems in Cold War America* (Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2003).

<sup>61</sup> Andrew Ross, “Duct Tape Nation”, *Harvard Design Magazine*, n. 20, 2004, p. 2.

<sup>62</sup> Ver Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, “Colonization and the New Imperialism”, cit.

Para teóricos do militarismo ocidental, no entanto, eles sempre foram vistos como espetáculos secundários bastante irrelevantes diante da preocupação principal: planos para o “exterminismo” nuclear planetário<sup>63</sup>, para a eliminação instantânea de sistemas inteiros de cidades da face da Terra, e para batalhas massificadas “Air-Land” (aéreo-terrestres) entre as forças soviéticas e as da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) pelo solo europeu. Assim, entende-se que o legado físico do urbanismo militar da Guerra Fria no Norte global seja dominado por extraordinários túneis subterrâneos criados para garantir a sobrevivência das elites políticas e de amostras da população mais ampla nos mundos “strangelovianos”\* do futuro pós-apocalíptico<sup>64</sup>.

### Implosões globais

A guerra adentrou a cidade de novo – a esfera do cotidiano.<sup>65</sup>

Nas “novas” guerras da era pós-Guerra Fria – guerras que cada vez mais atravessam os “vãos tecnológicos” que separam nações industriais avançadas de combatentes informais –, as cidades em crescimento do mundo são espaços-chave. Aliás, áreas urbanas se tornaram os para-raios da violência política do nosso planeta.

A guerra, como todo o resto, está sendo urbanizada. As grandes disputas geopolíticas – de mudança cultural, conflito étnico e mistura social diaspórica; de re regulamentação e liberalização econômica; de militarização, informatização e exploração de recursos; de mudança ecológica – estão, e em um grau cada vez maior, se reduzindo a conflitos violentos nos espaços estratégicos da nossa era: as cidades contemporâneas. As lutas geopolíticas

<sup>63</sup> Ver E. P. Thompson, “Notes on Exterminism: The Last Stage of Civilization”, em E. P. Thompson (org.), *Exterminism and Cold War* (Londres, NLB, 1982) [ed. bras.: *Exterminismo e Guerra Fria*, trad. Denise Bottmann, São Paulo, Brasiliense, 1985].

\* Referência ao filme *Dr. Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb*, de 1964, dirigido por Stanley Kubrick e estrelado por Peter Sellers. No Brasil, foi lançado como *Dr. Fantástico*. (N. E.)

<sup>64</sup> Ver, por exemplo, Tom Vanderbilt, *Survival City: Adventures Among the Ruins of Atomic America* (Nova York, Princeton Architectural Press, 2002).

<sup>65</sup> Phillip Misselwitz e Eyal Weizman, “Military Operations as Urban Planning”, em Anselm Franke e Eyal Weizman (orgs.), *Territories: Islands, Camps and Other States of Utopia* (Berlim, KW, Instituto de Arte Contemporânea), p. 272.

do mundo se articulam cada vez mais em volta de conflitos violentos sobre espaços urbanos estratégicos, e, em muitas sociedades, a violência em torno dessa guerra civil e cívica molda a vida urbana cotidiana.

No processo, guerras dentro de nações e guerras entre nações se tornam radicalmente indistintas, tornando os consagrados pares binários militar-civil cada vez menos úteis<sup>66</sup>. De fato, o que este livro chama de novo urbanismo militar tende a “presumir um mundo em que civis não existem”<sup>67</sup>. Assim, todos os elementos humanos são cada vez mais vistos como combatentes reais ou em potencial, terroristas ou insurgentes, alvos legítimos.

Estratégias para o ataque deliberado a sistemas e locais que servem de apoio para a vida urbana civil só se tornaram mais sofisticados a partir da aniquilação urbana em massa que caracterizou o século XX. A devastação proposital dos espaços de existência urbana, por atores estatais ou não, continua acelerada. Ela é alimentada por transformações múltiplas e paralelas que definem o mundo pós-colonial e pós-Guerra Fria.

Aqui, precisamos considerar uma verdadeira tempestade de fatores: o desencadeamento, desde o fim do sistema bipolar da Guerra Fria, de ódios étnicos anteriormente contidos; a proliferação de grupos religiosos fundamentalistas e grupos políticos etnonacionalistas motivados pelo ódio do cosmopolitismo urbano; a militarização de gangues, cartéis de tráfico de drogas, milícias, regimes políticos corruptos e agências de cumprimento da lei, todos efetivamente sabotando o monopólio de violência do Estado; o colapso de certos Estados nacionais e locais; a urbanização de populações e da geografia; o acesso cada vez mais amplo a armas pesadas; a crise da polarização social crescente em todas as escalas geográficas já discutidas; e o aumento na escassez de muitos recursos essenciais.

Na África, por exemplo, tem havido uma rápida urbanização, hiperdesigualdade social, proliferação de guerras por recursos globais fundamentais e mudanças radicais na economia política dos Estados nos últimos 25 anos. Com muitos Estados perdendo seu monopólio tanto da violência quanto de território, a coerção se torna uma *commodity* a ser comprada e vendida.

<sup>66</sup> Arjun Appadurai, *Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger* (Durham [NC], Duke University Press, 2006), p. 1 [ed. bras.: *O medo ao pequeno número*, trad. Ana Goldberger, São Paulo, Iluminuras, 2009].

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 31. Ver também Derek Gregory, “Editorial: The Death of the Civilian?”, *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 24, n.5, p. 633-8.

“A mão de obra militar é comprada e vendida em um mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada”, escreve Achille Mbembe. “Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de comandantes regionais, empresas de segurança privada e exércitos estatais, todos reivindicam o direito de exercer a violência ou de matar.”<sup>68</sup>

A esse coquetel letal precisamos acrescentar os efeitos desestabilizadores das políticas de ajuste estrutural, as intervenções cada vez mais agressivas e violentas dos Estados Unidos em um leque cada vez mais amplo de nações, e seu apoio de longo prazo a muitos regimes brutais. Somada a isso, a dissolução de Estados comunistas ou autoritários desencadeou muitas vezes aspirações e ódios etnonacionalistas há muito reprimidos, que com frequência se manifestam na deliberação de tomar como alvo os espaços e símbolos da mistura cosmopolita: as cidades e suas materializações arquitetônicas da memória coletiva. Assim como nos Bálcãs no começo dos anos 1990, a violência genocida contemporânea é muitas vezes atacada com tentativas deliberadas de urbidicídio: a matança de cidades e a devastação de seus símbolos e arquiteturas de pluralismo e cosmopolitismo<sup>69</sup>. Então, com muita frequência, as heterogeneidades e a fluidez inerentes à vida da cidade contemporânea entram na mira de um amplo espectro de fundamentalismos culturais que buscam alvos, bodes expiatórios, certezas e objetos passíveis de eliminação cultural ou arquitetônica. De fato, os próprios chamados à violência contra cidades devem ser vistos como tentativas de formar comunidades políticas baseadas na certeza e na simplicidade. Criar estereótipos e imagens de alteridade para a imensa complexidade da cidade, a fim de torná-la uma única identidade pura, constitui um prelúdio fundamental do chamado para a violência contra ela<sup>70</sup>.

Coletivamente, hoje em dia, esses fatores estão forçando o que o antropólogo Arjun Appadurai chamou de uma “implosão de políticas globais e nacionais no mundo urbano”<sup>71</sup> – um processo que levou a uma

<sup>68</sup> Achille Mbembe, “Necropolitics”, *Public Culture*, v. 15, n. 1, 2003, p. 32.

<sup>69</sup> Ver Robert Bevan, *The Destruction of Memory: Architecture at War* (Londres, Reaktion Books, 2006).

<sup>70</sup> Arjun Appadurai, *Fear of Small Numbers*, cit., p. 7. Ver também Jean-Luc Nancy, “In Praise of the Melee”, em *A Finite Thinking* (Stanford, Stanford University Press, 2003).

<sup>71</sup> Arjun Appadurai, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization* (Minneapolis, [MN], University of Minnesota Press, 1996), p. 152.

proliferação de guerras sangrentas e predominantemente urbanas. Muitas delas, por sua vez, estimularam não apenas vastas migrações, mas também a construção de campos de refugiados em escala equivalente à de cidades para acomodar as populações desalojadas, que já somavam cerca de 50 milhões de pessoas em 2002<sup>72</sup>.

A permeação da violência política organizada dentro e pelas cidades e pelos sistemas citadinos é complicada pelo fato de que muitas mudanças urbanas “planejadas”, mesmo em tempos de relativa paz, envolvem em si mesmas níveis bélicos de violência, desestabilização, ruptura, expulsão forçada e aniquilação de locais<sup>73</sup>. Em particular nos picos e quedas vertiginosos do urbanismo capitalista e neoliberal ou na implementação de programas de “renovação”, “regeneração” ou “renascimento” urbano em grande escala, o planejamento estatal muitas vezes resulta na limpeza legitimada de vastas áreas das cidades em nome da remoção de entulho, da modernização, das melhorias, ou da organização, da concorrência econômica, ou da facilitação da mudança tecnológica e da acumulação de capital e da especulação<sup>74</sup>.

Enquanto segmentos de cidades em expansão são muitas vezes eliminados por especulações desenvolvidas pelo Estado, as muitas cidades que estão encolhendo por causa da desindustrialização, da realocação industrial global e do esvaziamento demográfico também estão vulneráveis ao urbanismo de limpeza total. “Os processos de destruição criativa movidos econômica, política e socialmente por meio do abandono e do remodelamento”, sugere David Harvey, “muitas vezes são atos de guerra tão destrutivos quanto arbitrários. Boa parte da Baltimore contemporânea, com suas 40 mil casas abandonadas, parece uma zona de guerra comparável a Sarajevo”<sup>75</sup>.

<sup>72</sup> Ver Michel Agier, “Between War and City: Towards an Urban Anthropology of Refugee Camps”, *Ethnography*, v. 3, n. 3, 2002, p. 317-41.

<sup>73</sup> Marshall Berman, “Falling Towers”, cit.

<sup>74</sup> Para um exemplo excelente, ver Greg Clancey, “Vast Clearings: Emergency Technology, and American De-Urbanization, 1930-1945”, *Cultural Politics*, v. 2, n. 1, 2006, p. 49-76.

<sup>75</sup> David Harvey, “The City as a Body Politic”, em Jane Schneider e Ida Susser (orgs.), *Wounded Cities: Destruction and Reconstruction in a Globalized World* (Nova York, Berg, 2003), p. 26.

## Guerra à solta

Nesse contexto, e considerando as desigualdades sociais cada vez mais extremas, não surpreende que os teóricos e pesquisadores do militarismo ocidental estejam hoje especialmente preocupados em relação a como as geografias das cidades, em particular das cidades do Sul global, estão começando a influenciar tanto a geopolítica quanto a tecnociência da violência política pós-Guerra Fria. Depois de longos períodos pregando que o conflito urbano fosse evitado ou, pelo contrário, que os centros urbanos fossem aniquilados a distância por meio de bombardeios estratégicos, a doutrina militar voltada aos desafios das operações militares dentro das cidades está rapidamente surgindo de baixo do que um coronel canadense, Jean Servielle, chamou há pouco tempo de “a poeira da história e o [...] peso da dissuasão nuclear”<sup>76</sup>.

Aliás, um sistema paralelo de pesquisa urbana militar, quase despercebido nas ciências sociais urbanas “civis”, está se estabelecendo rapidamente, subsidiado por orçamentos de pesquisa militar ocidentais. Como afirma Keith Dickson, um teórico militar estado-unidense de guerra urbana, a percepção cada vez mais comum dentro dos exércitos do Ocidente é a de que,

para as forças militares ocidentais, as guerras assimétricas em áreas urbanas serão o maior desafio do século [...]. A cidade se torna uma área estratégica privilegiada – quem a controlar vai ditar o curso dos eventos futuros no mundo.<sup>77</sup>

O consenso entre os teóricos que defendem essa mudança é que “operações de combate urbano modernas vão se tornar um dos principais desafios do século XXI”<sup>78</sup>. Nessa vertente, o major Kelly Houlgate, analista dos Fuzileiros Navais estado-unidenses, nota que, entre 1984 e 2004, “dos 26 conflitos em que as forças estado-unidenses lutaram [...], 21 envolveram áreas urbanas, e dez foram exclusivamente urbanos”<sup>79</sup>.

<sup>76</sup> Jean Servielle, “Cities and War”, *Doctrine*, n. 3, 2004, p. 43-4.

<sup>77</sup> Keith Dickson, “The War on Terror: Cities as the Strategic High Ground”, artigo não publicado, 2002.

<sup>78</sup> Defense Intelligence Reference Document (DIRC), *The Urban Century: Developing World Urban Trends and Possible Factors Affecting Military Operations*, MCI-1586-003-9, Quantico, VA, Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, 1997, p. 11.

<sup>79</sup> Kelly Houlgate, “Urban Warfare Transforms the Corps”, *The Naval Institute: Proceedings*, nov. 2004. Disponível em: <www.military.com>. Acesso em: 30 mar. 2016.

A ampla adoção da doutrina de guerra urbana vem depois de séculos em que planejadores militares ocidentais pregaram um mantra articulado em 1500 a.C. pelo filósofo chinês Sun Tzu, de que “a pior política é atacar cidades”. Ela sucede uma Guerra Fria marcada por uma obsessão com eventos Air-Land gigantescos liderados pelas superpotências e centrados no norte da Europa, dentro e acima dos espaços entre cidades-regiões europeias intencionalmente evitadas. Ainda que as forças ocidentais tenham lutado numerosas guerras em cidades do mundo em desenvolvimento durante a Guerra Fria, como parte de lutas maiores contra movimentos de independência, movimentos terroristas e guerras por procuração, como já mencionado, esses conflitos eram vistos por teóricos do militarismo no Ocidente como espetáculos secundários atípicos em relação aos eventos aéreo-terrestres e nucleares, as supostas atrações principais.

Além da catástrofe militar e geopolítica que é a guerra esmagadoramente urbana no Iraque, existem operações militares emblemáticas, como as humilhações estado-unidenses com os Falcões Negros\* em Mogadíscio em 1993, as operações norte-americanas em Kosovo em 1999 e em Beirute nos anos 1980, e diversas operações também estado-unidenses no Caribe e na América Central: Cidade do Panamá (1989), Granada (1983), Porto Príncipe (1994). Conflitos urbanos como os ocorridos em Grozny, na Chechênia (1994), em Sarajevo (1992-1995), na Geórgia e na Ossétia do Sul (2008), e em Israel-Palestina (1947-) também pairam sobre os atuais debates militares sobre a urbanização da guerra.

O foco das Forças Armadas estado-unidenses em operações na esfera urbana doméstica também está sendo fortalecido pela chamada Guerra ao Terror<sup>80</sup>, que designa cidades – nos Estados Unidos ou estrangeiras – e suas principais infraestruturas como “campos de batalha”. Vistos sob esse prisma, os protestos de Los Angeles de 1992; as diversas tentativas de securitizar os centros urbanos durante grandes eventos esportivos ou cúpulas políticas; a reação militar ao furacão Katrina em Nova Orleans em 2005; os desafios de

\* No original, *Black Hawk Down*. Título do livro do jornalista Mark Bowden, publicado em 1999, que deu origem ao filme homônimo de Ridley Scott, lançado em 2001, sobre as batalhas na Somália. No Brasil, o filme recebeu o nome de *Falcão Negro em perigo*. *Black Hawk*, do título original, é o helicóptero. (N. E.)

<sup>80</sup> Ver Nathan Canestaro, “Homeland Defense: Another Nail in the Coffin for Posse Comitatus”, *Washington University Journal of Law & Policy*, n. 12, 2003, p. 99-144.

“segurança nacional” nas cidades estado-unidenses – todas elas se tornaram operações militares urbanas de “baixa intensidade” comparáveis à condução de uma batalha de contrainsurgência em uma cidade iraquiana<sup>81</sup>. Relatos de “lições aprendidas” elaborados depois do envio de militares com o objetivo de conter os protestos em Los Angeles em 1992, por exemplo, atribuem o “sucesso” da missão ao fato de que “o inimigo” – a população local – foi fácil de manipular, dadas suas táticas e estratégias de batalha simples<sup>82</sup>. Procedimentos de alta tecnologia para detecção de alvos, como *drones* não tripulados e programas organizados de monitoramento por satélite, que anteriormente escolhiam como alvo espaços além da nação para (supostamente) mantê-la em segurança, estão começando a colonizar os espaços domésticos da própria nação<sup>83</sup>. A doutrina militar também passou a tratar operações de gangues nas cidades dos Estados Unidos como “insurgência urbana”, “guerra de quarta geração” ou “*netwar*”, diretamente análogas ao que ocorre nas ruas de Cabul ou Bagdá<sup>84</sup>.

Assim, de modo importante, os paradigmas militares estado-unidenses de controle, monitoramento e reconfiguração violenta do urbano hoje em dia transpõem o binário tradicional interior/exterior de cidades dentro dos Estados Unidos *versus* cidades no resto do mundo. Em vez disso, as preocupações com “segurança” que até recentemente dominavam discussões de política externa agora emergem em espaços urbanos habituais – espaços “nacionais”. O que antes eram preocupações de segurança internacional agora “penetra [...] todos os níveis do governo. A segurança está se tornando mais cívica, urbana, doméstica e pessoal: a segurança está vindo para casa”<sup>85</sup>.

<sup>81</sup> Ver Phil Boyle, “Olympian Security Systems: Guarding the Games or Guarding Consumerism?”, *Journal for the Arts, Sciences, and Technology*, v. 3, n. 2, 2005, p. 12-7.

<sup>82</sup> Deborah Cowen, “National Soldiers and the War on Cities”, *Theory and Event*, v. 10, n. 2, 2007, p. 1.

<sup>83</sup> Ver, por exemplo, Siobhan Gorman, “Satellite-Surveillance Program to Begin Despite Privacy Concerns”, *Wall Street Journal*, 1<sup>o</sup> out. 2008.

<sup>84</sup> Max Manwaring, *Street Gangs: The New Urban Insurgency* (Carlisle [PA], Strategic Studies Institute, US Army War College, 2005). Disponível em: <www.strategicstudiesinstitute.army.mil>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>85</sup> David Murakami Wood e Jonathan Coaffee, “Security Is Coming Home: Rethinking Scale and Constructing Resilience in the Global Urban Response to Terrorist Risk”, *International Relations*, v. 20, n. 4, 2006, p. 503.

## Cidades como campos de batalha

A cidade não [é] apenas o espaço, mas o próprio *meio* da guerra – um meio flexível, quase líquido, que é sempre contingente e em fluxo.<sup>86</sup>

O que conduz os espaços ordinários e locais da vida urbana pelo mundo a se tornarem alvos militares é uma nova constelação de teorias e doutrinas militares. Nela, o espectro do conflito militar Estado-*versus*-Estado é visto em retirada radical. Em vez disso, a nova doutrina gira em torno da ideia de que um amplo espectro de insurgências transnacionais atua hoje em dia sobre redes sociais, técnicas, políticas, culturais e financeiras, que estão condenadas a oferecer ameaças existenciais a sociedades ocidentais ao ter como alvo ou explorar espaços, infraestrutura e tecnologias de controle que sustentam as cidades contemporâneas. Supõe-se que essas ameaças à espreita se camuflam dentro do caos de cidades para se proteger contra formas tradicionais de detecção de alvos militares. Essa situação, diz o argumento, requer um ajuste radical de técnicas de rastreamento, monitoramento e direcionamento, voltadas tanto para as arquiteturas de circulação e mobilidade – infraestrutura – quanto para os espaços da vida urbana cotidiana.

Assim, o foco desse novo *corpus* de doutrinas militares borra a separação tradicional das esferas militar e civil, das escalas local e global, e do interior e do exterior das nações. Ao fazê-lo, escreve Jeremy Packer, “tanto cidadãos quanto não cidadãos hoje são tratados como uma ameaça sempre presente. Nesse sentido, todos são vistos como combatentes, e todos os terrenos, como campos de batalha”<sup>87</sup>. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, esse processo permite que as Forças Armadas da nação superem obstáculos legais tradicionais para se posicionar dentro da própria nação<sup>88</sup>. Como consequência, as apresentações em PowerPoint dos militares estado-unidenses

<sup>86</sup> Eyal Weizman, “Lethal theory”, *LOG Magazine*, abr. 2005, p. 53.

<sup>87</sup> Jeremy Packer, “Becoming Bombs: Mobilizing Mobility in the War of Terror”, *Cultural Studies*, v. 20, n. 4-5, 2006, p. 378.

<sup>88</sup> A lei *Posse Comitatus* dos Estados Unidos, por exemplo, que proibiu explicitamente o posicionamento doméstico de tropas estado-unidenses dentro de seu território. Além disso, um novo Comando Estratégico americano – o Northcom [Comando Norte] – foi estabelecido abrangendo a América do Norte. Antes de 2002, essa era a única parte do mundo não coberta. As Forças Armadas dos Estados Unidos agora também realizam exercícios regulares nas cidades do país como parte de seus esforços para aprimorar suas habilidades de “guerra urbana”.

falam de operações urbanas em Mogadíscio, Fallujah ou Jenin no mesmo momento em que falam das operações durante os protestos em Los Angeles, os confrontos antiglobalização em Seattle ou Gênova, ou a devastação de Nova Orleans pelo furacão Katrina. Esse paradigma permite que uma série de movimentos e campanhas transnacionais – por justiça social ou sustentabilidade ecológica, contra a opressão do Estado ou contra os efeitos devastadores do fundamentalismo de mercado – sejam considerados como formas de “*netwar*”, de fato transformando as ideias dos zapatistas no equivalente ao islamismo radical e assassino da Al Qaeda<sup>89</sup>. Finalmente, essa indistinção significa que a militarização e a construção de muros nas fronteiras nacionais, como o que existe entre os Estados Unidos e o México, não apenas envolvem as mesmas técnicas e tecnologias que as usadas ao cercar bairros em Bagdá ou Gaza, mas às vezes de fato envolvem a outorga de contratos lucrativos às mesmas corporações militares e tecnológicas.

Assim, torna-se imperativo continuar conectando os efeitos da agressão estado-unidense no exterior com suas políticas domésticas contra o terrorismo no que hoje é comumente chamado de “*homeland*” – políticas que estabelecem como alvo, perfilam, mapeiam e encarceram americanos de ascendência árabe e asiática em particular. Em um contexto em que “o poder imperial atua obscurecendo os vínculos entre projetos domésticos de subordinação racial e cooptação de minorias e estratégias de reestruturação econômica e dominação política no exterior”, como descrevem Sunaina Maira e Magid Shihade,

esse elo entre as frentes nacional e internacional de poder imperial nos ajuda a entender que as experiências compartilhadas dos americanos de ascendência árabe e asiática nos Estados Unidos, tanto as visíveis quanto as não tão visíveis, se devem à atuação do império.<sup>90</sup>

Essas indistinções radicais e múltiplas também têm outras manifestações. Agências civis da lei, por exemplo, estão sendo reformadas de acordo com linhas muitos mais (para) militarizadas<sup>91</sup>. Além de se reorganizar para se envolver em operações antiterrorismo altamente militarizadas e fortificar as principais

<sup>89</sup> John Arquilla e David Ronfeldt, *Networks and Netwars* (Santa Monica, Rand, 2001).

<sup>90</sup> Sunaina Maira e Magid Shihade, “Meeting Asian/Arab American Studies: Thinking Race, Empire, and Zionism in the US”, *Journal of Asian American Studies*, v. 9, n. 2, 2006, p. 118.

<sup>91</sup> Ver James Sheppertycki, “Editorial – Reflections on Policing: Paramilitarisation and Scholarship on Policing”, *Policing and Society*, n. 9, 2000, p. 117-23.

convencões, eventos esportivos ou conferências políticas, elas adotam cada vez mais técnicas e linguagem de guerra para lançar equipes da Swat contra um leque cada vez mais amplo de eventos civis e notificações rotineiras<sup>92</sup>. “Alguma coisa está causando uma mudança atitudinal entre a polícia, em massa”, afirma o blog *Signs of the Times*, e isso estaria “provocando uma reação zelosa excessiva aos problemas mais mínimos”<sup>93</sup>. Peter Kraska estimou que as equipes da Swat são chamadas nos Estados Unidos cerca de 40 mil vezes por ano, um grande aumento em relação aos 3 mil chamados anuais nos anos 1980<sup>94</sup>. A maior parte dos chamados, ele destaca, são realizados para “entregar mandados para crimes não violentos relacionados a drogas”<sup>95</sup>.

Assim, modelos explicitamente militares cada vez mais sustentam novas ideias em penologia e doutrinas e tecnologias de cumprimento da lei, além de monitoramento, treinamento, simulação e assistência a desastres civis<sup>96</sup>. Doutrinas que tratam da guerra urbana, de operações militares em áreas urbanas ou conflitos de baixa intensidade – conceitos militares desenvolvidos com o propósito de controlar massas urbanas na periferia global – são rapidamente imitados “para disciplinar grupos e movimentos sociais considerados perigosos dentro do território das metrópoles imperiais”<sup>97</sup>.

Sistemas de comando e controle em estilo militar atualmente estão sendo estabelecidos para amparar a política de “tolerância zero” e práticas de monitoramento urbano criadas para excluir consumidores falidos ou figuras indesejadas dos novos enclaves de consumo e lazer urbano<sup>98</sup>. O que Robert Warren chama de “*exércitos pop up*” são organizados em termos transnacionais para militarizar, de modo preventivo, cidades que

<sup>92</sup> Ver Radley Balko, “Overkill: The Latest Trend in Policing”, *Washington Post*, 5 fev. 2006.

<sup>93</sup> Correspondente especial do *Signs of the Times*, “Militarized Police, Overreaction and Overkill: Have You Noticed It In Your Town Yet?”, *Signs of the Times*, 16 dez. 2007. Disponível em: <ponerology.blogspot.com>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>94</sup> Citado em Radley Balko, “Overkill”, cit.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Ver Peter Kraska (org.), *Militarizing the American Criminal Justice System* (Chicago, Northwestern University Press, 2001).

<sup>97</sup> Ashley Dawson, “Combat in Hell: Cities as the Achilles’ Heel of US Imperial Hegemony”, *Social Text*, v. 25, n. 2, 2007, p. 176.

<sup>98</sup> Stephen Graham e Simon Marvin, *Splintering Urbanism* (Londres, Routledge, 2001).

enfrentam grandes protestos antiglobalização<sup>99</sup>. As técnicas de guerra urbana de alta tecnologia – de *drones* não tripulados até a divisão de espaços com muros e pontos de identificação biométrica – cada vez mais oferecem modelos para a reorganização do espaço urbano doméstico<sup>100</sup>. Além disso, a metaforização quase infinita da “guerra” – contra o crime, as drogas, o terror, a doença – solidifica mudanças mais amplas de paradigmas urbanos sociais, de bem-estar e keynesianos para ideias autoritárias e militarizadas do papel do Estado para manter a ordem.

### Quando a vida em si é uma guerra

A busca das Forças Armadas estado-unidenses por uma nova doutrina aplicável às cidades explicitamente reconhece as semelhanças entre áreas urbanizadas nacionais e no exterior, independentemente das diferenças geográficas. De acordo com Maryann Lawlor, ao escrever na revista militar *Signal*, figuras importantes no Joint Forces Command (JFCOM) [Comando de Forças Conjuntas dos Estados Unidos] em Norfolk, Virgínia, fizeram uso de simuladores e jogos de guerra em grande escala, como o Urban Resolve, para “identificar diversas preocupações-chave comuns a ambas as áreas”<sup>101</sup>. Entre essas questões estão a dificuldade de separar “terroristas” ou “insurgentes” da população urbana civil; a alta densidade da infraestrutura; a maneira como cidades interferem nos sistemas militares tradicionais de monitoramento e direcionamento; e a complexa natureza tridimensional do “campo de batalha” urbano.

Com muita facilidade, esse discurso leva a um mundo em que “a vida em si é uma guerra”<sup>102</sup>. Ele revela uma profunda incapacidade para lidar com qualquer noção de outro para além de colocar esse outro na mira do mecanismo de combate. Se o pensamento militar puder seguir desenfreado, no fim das contas

não vai sobrar nada no mundo que não seja um alvo para todo o espectro da violência simbólica ou de fato. A teórica de mídia Rey Chow escreve que

a essência de continuamente tornar o mundo um alvo como forma fundamental de produção de conhecimento é a xenofobia, a incapacidade de lidar com a alteridade do outro para além da órbita que é o próprio campo de visão do atirador. Para o xenófobo todos os esforços devem ser feitos para manter e garantir essa órbita – ou seja, manter o lugar do outro como alvo sempre ocupado.<sup>103</sup>

É aí que os conceitos domésticos e estrangeiros da cidade convergem. Assim, por um lado, oficiais militares estado-unidenses têm o hábito de falar sobre murar bairros em Bagdá como construções análogas às comunidades fechadas que abrigam mais da metade dos novos lares em muitas cidades do Sul e do Oeste dos Estados Unidos<sup>104</sup>. Não só as apresentações para vendas militares, mas também os comentários da mídia de direita borraram as cidades nacionais e as iraquianas, transformando-as em um único espaço demonizado que requer um ataque pesado e de alta tecnologia. Nicole Gelinas, por exemplo, propôs em 2007 no *City Journal* do Manhattan Institute que Nova Orleans no pós-Katrina era uma “Bagdá no Bayou” e argumentou que a cidade precisava de uma resposta militarizada semelhante, de modo a levar a ordem e investimentos em meio às supostas patologias do crime e da violência<sup>105</sup>.

Um anúncio recente de sensores infravermelhos de helicópteros publicado em uma revista militar captura de forma impactante essa diluição do doméstico e do distante (Figura 1.2). Em volta de um helicóptero com duas faces – o lado militar com foguetes; o da polícia, com câmeras aéreas –, a legenda diz [em tradução livre]: “Toda noite, a noite toda – de Bagdá e Baton Rouge – vamos cuidar de você”.

A resposta dos Estados Unidos à devastação causada pelo furacão Katrina na cidade predominantemente afro-americana de Nova Orleans oferece um exemplo essencial aqui<sup>106</sup>. Alguns oficiais do Exército estado-unidense

<sup>99</sup> Robert Warren, “City Streets – The War Zones of Globalization: Democracy and Military Operations on Urban Terrain in the Early 21<sup>st</sup> Century”, em Stephen Graham (org.), *Cities, War and Terrorism*, cit., p. 214-30.

<sup>100</sup> Leonard Hopper e Martha Droge, *Security and Site Design* (Nova York, Wiley, 2005).

<sup>101</sup> Maryann Lawlor, “Military Lessons Benefit Homeland”, *Signal*, fev. 2008. Disponível em: <www.afcea.org/signal>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>102</sup> Phil Agre, “Imagining the Next War: Infrastructural Warfare and the Conditions of Democracy”, *Radical Urban Theory*, 14 set. 2001.

<sup>103</sup> Rey Chow, *The Age of the World Target: Self-Referentiality in War, Theory, and Comparative Work* (Durham [NC], Duke University Press, 2006), p. 42.

<sup>104</sup> Edward J. Blakely e Mary Gail Snyder, *Fortress America: Gated Communities in the United States* (Washington [DC], Brookings Institution Press, 1999).

<sup>105</sup> Ver Nicole Gelinas, “Baghdad on the Bayou”, *City Journal*, 2007, p. 42-53.

<sup>106</sup> Ver Stephen Graham, “‘Homeland’ Insecurities? Katrina and the Politics of Security in Metropolitan America”, *Space and Culture*, v. 9, n. 1, 2006, p. 63-7.

**Every Night, All Night**  
#1 IN MULTI-SENSOR THERMAL IMAGING



**FROM BAGHDAD TO BATON ROUGE**  
**We've Got Your Back**

The Most Reliable – The Best Support – Across the Broadest Base of Operations

**CDMQ\* Products**  
FLIR Systems' unique Commercially Developed - Military Qualified products undergo a development process that delivers battle hardened products at volume commercial prices. It's part of what has made FLIR the number one airborne multi-sensor supplier.

**FLIR**  
1.800.727.FLIR  
See video of these products at [www.flir.com](http://www.flir.com)

StarSAFIRE™ HD Ultra500™ XR

1.2 Um clássico “efeito bumerangue”: anúncio para sensores infravermelhos de helicóptero simbolizando a diluição entre os esforços militares de usar a alta tecnologia de monitoramento e controle de alvos para dominar cidades colonizadas “fora” da nação e a militarização das “operações urbanas” da polícia em “conflitos de baixa intensidade” difusos nas cidades nacionais.

discutiram a reação altamente militarizada ao desastre do Katrina como uma tentativa de “retomar” Nova Orleans de “insurgências” afro-americanas<sup>107</sup>. Em vez de organizar uma enorme resposta humanitária que tratasse as vítimas do Katrina como cidadãos que necessitavam de ajuda imediata, os oficiais (finalmente) realizaram uma operação predominantemente militar. Essa resposta apenas reforçou a ideia de que é adequado tratar geografias tanto externas quanto internas como campos de guerras financiadas por governos contra “outros” racializados e “biopoliticamente descartáveis”<sup>108</sup>. A operação Katrina lidou com aqueles abandonados no centro da cidade como uma ameaça – a ser contida, que deveria estar na mira e ser abordada de modo que se protegesse a propriedade das populações predominantemente brancas dos bairros residenciais suburbanos e semiurbanos abastados que tinham fugido em seus próprios carros<sup>109</sup>. No processo, os cidadãos afro-americanos de Nova Orleans foram transformados em refugiados em seu próprio país. Como defendem Robert Starn e Ella Shohat, “o Katrina não arrancou apenas os telhados da Costa do Golfo, mas também a fachada do ‘homeland security state’”<sup>110</sup>.

### Urbanizar a doutrina militar

Em 1998, ao mesmo tempo que geógrafos urbanos escreviam que as cidades eram locais onde as identidades se formavam, o capital social era construído e novas formas de ação coletiva emergiam, a Marinha norte-americana explicava o fenômeno de forma um pouco diferente: “historicamente, as cidades são os locais onde ideias radicais são fermentadas, dissidentes encontram aliados e grupos descontentes recebem atenção da mídia”, dessa forma, tornando as cidades “uma fonte provável de conflito no futuro”.<sup>111</sup>

- <sup>107</sup> Peter Chiarelli e Patrick Michaelis, “Winning the Peace: the Requirement for Full-Spectrum Operation”, *Military Review*, jul.-ago., 2005.
- <sup>108</sup> Ver Henry Giroux, “Reading Hurricane Katrina: Race, Class, and the Biopolitics of Disposability”, *College Literature*, v. 33, n. 3, p. 171-96.
- <sup>109</sup> Idem.
- <sup>110</sup> Robert Stam e Ella Shohat, *Flagging Patriotism: Crises of Narcissism and Anti-Americanism* (Nova York, Routledge, 2007), p. 167.
- <sup>111</sup> Gan Golan, *Closing the Gateways of Democracy: Cities and the Militarization of Protest Policing* (Tese de Doutorado, Cambridge [MA], Massachusetts Institute of Technology, 2005), p. 69. Disponível em: <dspace.mit.edu>. Acesso em: 30 mar. 2016.

A combinação de antiurbanismo racializado de direita e nova doutrina militar é incendiária. Ela significa que não só as principais cidades domésticas, mas também cidades distantes no coração da Guerra ao Terror, são vistas como campos de batalha problemáticos ou anárquicos, revelando contrastes profundos com as supostas ordem, segurança e harmonia das zonas normalizadas dos bairros residenciais e das comunidades abastadas suburbanas e semiurbanas – zonas que precisam ser protegidas das ameaças e dos contágios que emanam de todas as cidades em toda parte. Quando as técnicas de (tentativa de) controle urbano – zonas de segurança isoladas, muros, rastreamento, biometria, armas ostensivamente não letais, mineração de dados – são semelhantes em Gaza, Bagdá e Nova York, então a indistinção se torna inevitável, em especial se acompanhada por uma demonização generalizada de direita das cidades centrais.

A nova doutrina militar cria uma ideia da guerra como um exercício permanente e sem limites, colocando operações de segurança e militares de alta tecnologia – junto com terceirizados do setor privado e corporações militares – contra uma vasta série de adversários não estatais. Tudo isso ocorre dentro de um ambiente marcado por uma intensa midiaticização, um alto grau de mobilidade e a rápida exploração de novas tecnologias militares.

Assim, muitos teóricos militares falam sobre uma “quarta geração” de guerra – baseada, eles argumentam, em guerras “não convencionais”, lutas “assimétricas”, “insurgências globais” e “conflitos de baixa intensidade” que colocam o militarismo estatal de alta tecnologia contra combatentes informais ou civis mobilizados<sup>112</sup>. O teórico militar Thomas Hammes defende que a característica principal desses conflitos é que “a vontade política superior, quando empregada corretamente, pode derrotar o poderio econômico e militar superior”<sup>113</sup>. Contando com essa doutrina, os comandantes estado-unidenses em Bagdá enfatizaram a necessidade de coordenar todo o “campo de batalha” da cidade – referindo-se à infraestrutura civil e à economia destruída, fortalecendo a consciência cultural e usando “a aplicação controlada da violência” para tentar manter a segurança da cidade<sup>114</sup>.

Esses paradigmas transformam atos sociais prosaicos que constituem coletivamente a vida urbana em ameaças à existência e à sociedade. Como

<sup>112</sup> Thomas Hammes, *The Sling and the Stone* (Nova York, Zenith, 2006), p. 208.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>114</sup> Peter Chiarelli e Patrick Michaelis, “Winning the Peace”, cit.

vimos na Introdução, o teórico militar estado-unidense William Lind – ampliando os debates “das guerras culturais” dos Estados Unidos dos anos 1980 e 1990, e engolindo por completo o binário “choque de civilizações” de Huntington – argumentou que até a imigração urbana agora precisa ser vista como um ato de guerra. “Na guerra de quarta geração”, ele escreveu, “a invasão por imigração pode ser pelo menos tão perigosa quanto a invasão por um exército”. Sob o que chama de “ideologia venenosa do multiculturalismo”, Lindt defende que imigrantes nas nações do Ocidente agora podem lançar “uma variedade nacional da guerra de quarta geração, que é de longe o tipo mais perigoso”<sup>115</sup>.

Aqui confrontamos o que o Centro de Estudos de Imigração chamou de “armamentização” da imigração<sup>116</sup>. Esses conceitos de violência política são especialmente perniciosos porque tomam todos os aspectos da vida humana como nada além de guerra: nações são conceituadas em termos limitados etnonacionalistas, e cidades diaspóricas emergem como poluentes culturais<sup>117</sup>. “A estrada do caráter nacional para uma cosmologia totalizada da nação sagrada”, afirma Arjun Appadurai, “e, mais além, para a pureza e limpeza étnica, é relativamente direta”<sup>118</sup>.

Enquanto isso, outros comandantes e teóricos do militarismo estado-unidense geraram um enorme debate desde o começo dos anos 1990 sobre uma suposta revolução em assuntos militares (que recebeu o acrônimo RMA, Revolution in Military Affairs)<sup>119</sup>. Esse debate leva em consideração de que maneira novas tecnologias de monitoramento, comunicação e direcionamento “secreto” de alvo ou “de precisão” por meio de “armas inteligentes” podem ser aproveitadas para sustentar uma forma mundial de onipotência militar estado-unidense baseada na guerra “centralizada por rede”. Em um mundo unipolar pós-Guerra Fria, o sonho da RMA era que a intimidadora

<sup>115</sup> William Lind, “Understanding Fourth Generation War”, *Military Review*, set.-out. 2004, p. 13-4.

<sup>116</sup> Ver Cato, *The Weaponization of Immigration* (Washington [DC], Center for Immigration Studies, Backgrounders and Reports, fev. 2008). Disponível em: <www.cis.org>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>117</sup> *Idem*.

<sup>118</sup> Arjun Appadurai, *Fear of Small Numbers*, cit., 2006, p. 4.

<sup>119</sup> Ver Richard Ek, “A Revolution in Military Geopolitics?”, *Political Geography*, n. 19, 2000, p. 841-74; Jerry Harris, “Dreams of Global Hegemony and the Technology of War”, *Race and Class*, v. 45, n. 4, 2003, p. 54-67.

e altamente tecnológica “superioridade militar [dos Estados Unidos] hoje indicaria a capacidade de derrubar a perspectiva de qualquer desafio à maneira como o mundo é ordenado”, como disse Randy Martin<sup>120</sup>. Com a “névoa da guerra” transformada em história pelas tecnologias militares estado-unidenses de perfeita detecção e assassinato em tempo real, o domínio sobre qualquer inimigo deveria estar garantido, ainda que o número de tropas, além do próprio peso dos exércitos, fosse radicalmente reduzido. Em outras palavras, a guerra deveria ser um processo de assassinato de alta tecnologia a distância movido a capital intensivo.

Essa visão de onipotência tecnológica era especialmente atraente, do ponto de vista militar e cultural, porque, nas palavras de Ashley Dawson, “o grande bastão tecnológico higienizou o lado sangrento da guerra com suas imagens pixelizadas da precisão da destruição”<sup>121</sup>. Sendo assim, as fantasias tecnófilas de poderio perfeito que os debates da RMA se ofereceram para “absolver aqueles que o exerceram a partir de responsabilidades morais por seus atos”<sup>122</sup>. De fato, entre muitos falcões – políticos estado-unidenses pró-guerra – e neoconservadores<sup>123</sup>, a RMA ajudou a tornar as guerras imperiais estado-unidenses em um meio desejável de forçar a reorganização “preventiva” do mundo de modo a ampliar o poder político e econômico dos Estados Unidos dentro da estrutura do choque de civilizações<sup>124</sup>. Apresentadas por Donald Rumsfeld, secretário de Segurança estado-unidense entre 2001 e 2006, essas conceituações de guerra corroboraram a estratégia do governo Bush de usar nova tecnologia militar para promover uma nova

<sup>120</sup> Randy Martin, “Derivative Wars”, *Cultural Studies*, v. 20, n. 4-5, 2006, p. 459.

<sup>121</sup> Ashley Dawson, “Combat in Hell”, cit., p. 171.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Ver Christian Parenti, “Planet America: The Revolution in Military Affairs as Fantasy and Fetish”, em Ashley Dawson e Malini Johar Schueller (orgs.), *Exceptional State: Contemporary US Culture and the New Imperialism* (Durham [NC], Duke University Press, 2007), p. 101.

<sup>124</sup> Susan Roberts, Anna Secor e Matthew Sparke, “Neoliberal Geopolitics”, *Antipode*, v. 35, n. 5, 2003; Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (Nova York, Simon and Schuster, 1996) [ed. bras.: *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, trad. M. H. C. Côrtes, Rio de Janeiro, Objetiva, 1997]; Luiza Bialasiewicz, “The Death of the West: Samuel Huntington, Oriana Fallaci and a New ‘Moral’ Geopolitics of Births and Bodies”, *Geopolitics*, v. 11, n. 4, 2006, p. 1-36.

fase da hegemonia política e do imperialismo estado-unidenses. Assim, a RMA ofereceu “uma grande dádiva e um álibi para os falcões pró-guerra”<sup>125</sup>.

No entanto, como os gurus da guerra de quarta geração nunca se cansam de destacar, e o pântano de sangue nas cidades iraquianas continua a demonstrar, a obsessão dos teóricos da RMA com *hardware* fez pouco, em um mundo em rápida urbanização, para tornar o poder militar estado-unidense invencível. No Iraque, como tanto acontece na história urbana e militar, a ocupação violenta de uma cidade distante parece ter transformado todos os sonhos de conduzir uma guerra a distância – afastando os soldados norte-americanos do risco enquanto armas de alta tecnologia aniquilam o inimigo – em pouco mais do que ficção científica (ou talvez apenas uma publicidade conveniente para o complexo militar-industrial-de segurança). Mais uma vez, ficou claro que, como afirmou Edward Luttwak,

as Forças Armadas dos países mais avançados, e com certeza as dos Estados Unidos, formidáveis contra os inimigos reunidos em formações de massa convenientemente atingíveis, são menos eficientes no combate a insurgentes.<sup>126</sup>

Nas cidades do Iraque, o Exército estado-unidense considerou impossível diferenciar os insurgentes dos civis. A catastrófica ignorância linguística e cultural dos militares sobre os lugares em que eles estavam combatendo tem sido um enorme obstáculo. Além disso, a complexa geometria tridimensional das cidades iraquianas interferiu nos sistemas de detecção e *networking* que deveriam criar a onisciência militar e um campo de batalha aberto<sup>127</sup>, e o poder de fogo superior e as táticas agressivas dos Estados Unidos – muitas vezes impostos com um desprezo racista pela vida dos habitantes iraquianos dos espaços urbanos, que vivem em uma proximidade inescapável do ponto de impacto – foram bastante contraproducentes. As massas resultantes de civis iraquianos mutilados e mortos só aumentaram a legitimidade e o poder das insurgências iraquianas.

Todavia, estranhamente, a resiliência cultural da tecnofilia militar estado-unidense é tanta que “a mitologia sedutora da guerra pós-moderna de alta tecnologia ainda entronada na mítica fase de combate ativo da invasão do

<sup>125</sup> Ashley Dawson, “Combat in Hell”, cit., p. 171.

<sup>126</sup> Edward Luttwak, “Dead-end: Counterinsurgency Warfare as Military Malpractice”, *Harper’s Magazine*, fev. 2007, p. 33-42.

<sup>127</sup> Tim Blackmore, “Dead Slow: Unmanned Aerial Vehicles Loitering in Battlespace”, *Bulletin of Science, Technology & Society*, v. 25, n. 3, 2005, p. 195-214.

Iraque foi mantida cuidadosamente livre de contaminação pelas realidades brutais e caóticas da ocupação<sup>128</sup>. Como vamos ver mais adiante, sonhos de onipotência de alta tecnologia apenas migraram de fantasias globais da RMA de dominação vinda de cima para fantasias de controle das complexas microgeografias do universo urbano por meio de guerreiros robóticos e sensores onipresentes.

Um terceiro e último grupo de teóricos militares estado-unidenses agora está obcecado com a necessidade de se preocupar com “operações baseadas em efeitos” – os complexos efeitos das operações militares em vez do simples imperativo de destruir ou matar o inimigo. Em uma linguagem tipicamente nada sutil, um desses teóricos argumenta que a guerra se tornou mais do que uma questão de “mandar ferro no alvo”<sup>129</sup>. O controle ou a fabricação das imagens e informações de guerra são, então, considerados tão importantes quanto os bombardeios ou o disparo de mísseis. Por consequência, “a guerra da informação” pode envolver tudo, de espalhar folhetos e bombardear redes de TV que mostram a morte de civis até esforços de coerção política e social que façam infraestruturas inteiras de nações urbanas parar repentina e completamente.

O conceito-chave que move o pensamento e a prática militar atuais é o “campo de batalha”. Ele é crucial porque, na essência, sustenta “uma concepção de questões militares que inclua absolutamente tudo”<sup>130</sup>. Nada fica fora do campo de batalha, temporal ou geograficamente. Esse campo não tem dianteira nem traseira, não tem começo nem fim. É “profundo, alto, amplo e simultâneo”<sup>131</sup>. Então, o conceito de campo de batalha permeia tudo, das escalas moleculares da engenharia genética e da nanotecnologia, passando pelos espaços cotidianos e experiências da vida na cidade, até esferas planetárias do espaço e o ciberespaço da internet que atravessa o globo<sup>132</sup>.

<sup>128</sup> Patrick Deer, “Introduction: The Ends of War and the Limits of War Culture”, *Social Text*, v. 25, n. 2, 2007, p. 1.

<sup>129</sup> John W. Bellflower, “The Indirect Approach”, *Armed Forces Journal*, jan. 2007. Disponível em: <www.armedforcesjournal.com>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>130</sup> Phil Agre, “Imagining the Next War”, cit.

<sup>131</sup> Tim Blackmore, *War X: Human Extensions in Battlespace* (Toronto, University of Toronto Press, 2005).

<sup>132</sup> O major David Pendall, do Exército estado-unidense, escreve: “Operações com acesso cibernético ou virtuais vivem nas mesmas redes e nos mesmos sistemas que as redes e os sistemas dos adversários. Na maioria dos casos, ambos usam os mesmos protocolos,

Com guerras e batalhas não mais sendo declaradas nem encerradas, as temporalidades da guerra ameaçam se estender infinitamente. “A guerra está de volta e, pelo jeito, para sempre”, escreve Patrick Deer<sup>133</sup>. Não surpreende que os gurus do Pentágono tenham convencido George W. Bush a substituir a ideia da “Guerra ao Terror” com a nova Grande Ideia de “Guerra Longa” em 2004<sup>134</sup>.

Administrar e manipular a política do medo por meio daquilo que os militares estado-unidenses chamaram de “operações de informação” – propaganda política – é fundamental para essas novas constelações de doutrina militar. Como é comum na guerra, o uso da propaganda política para convencer populações domésticas de que apenas uma ousada ação militar no exterior pode impedi-las de serem aterrorizadas em seu país tem sido especialmente importante para a Guerra ao Terror. De fato, fomentar o medo permitiu que a catastrófica má administração da macroeconomia dos Estados Unidos, e o consequente sofrimento da população estado-unidense, fossem maquiados – pelo menos até o colapso financeiro de 2008-2009. A fusão de entretenimento, mídia e guerra no que James Der Derian chama de “rede militar-industrial-mídia-entretenimento” teve uma importância central aqui<sup>135</sup>. Como escreveu Andrew Ross em 2004:

Com o advento da chamada guerra ao terror, a legitimidade do governo dos Estados Unidos não mais depende de sua capacidade ou disposição para garantir um padrão de vida decente para esses cidadãos; em vez disso, ele depende do grau em que a população pode ser persuadida com sucesso de que está à beira de ser aterrorizada.<sup>136</sup>

Mesmo em meio ao caos e à devastação da crise econômica, os desesperados gerentes da campanha republicana conseguiram retratar amplamente

infraestruturas e plataformas. Eles rapidamente podem transformar qualquer espaço em um campo de batalha”. David Pendall, “Effects-Based Operations Exercise of National Power”, *Military Review*, jan.-fev. 2004, p. 26.

<sup>133</sup> Patrick Deer, “Introduction: The Ends Of War and the limit of War Culturte”, cit., p. 1.

<sup>134</sup> Dr. David H. McIntyre, “Strategies for a New Long War: Analysis and Evaluation”, Declaração apresentada ao Comitê sobre Reforma do Governo, Subcomitê sobre Segurança Nacional, Ameaças Emergentes e Relações Internacionais, 3 fev. 2004. Disponível em: <www.iwar.org.uk>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>135</sup> James Der Derian, *Virtuous War: Mapping the Military-Industrial-Media-Entertainment Network* (Boulder [CO], Westview, 2001).

<sup>136</sup> Andrew Ross, “Duct Tape Nation”, cit., p. 4.

o candidato à presidência democrata, Barack Obama, como um aliado à espreita do maior inimigo terrorista, Osama bin Laden.

### “As cidades são o problema”

O futuro das guerras está na ruas, redes de esgoto, arranha-céus, parques industriais e no alastramento de casas, barracos e abrigos que compõem as cidades fragmentadas do nosso mundo.<sup>137</sup>

Espaços urbanos e operações militares urbanas ocupam cada vez mais o centro de todas essas conceituações de guerra. Teóricos militares antiurbanos divulgam a ideia de que espaços urbanos concentram, abrigam e camuflam uma série de agitadores, insurgentes e movimentos sociais contra o Estado. É nas cidades, eles defendem, que as vantagens da alta tecnologia dos exércitos ocidentais se perdem, porque não é mais possível usar as armas da RMA para eliminar alvos em áreas desertas de maneira conveniente e barata, como foi feito no Iraque em 1991. É nas cidades em expansão que as vulnerabilidades do poder estatal, econômico e militar ocidentais estão mais expostas. E são as cidades que servem de camuflagem contra a onipotência e onisciência vertical das forças estado-unidenses. Depois de 1991, muitos teóricos levantaram a hipótese de que

forças insurgentes do mundo todo, tendo testemunhado a aniquilação das tropas de Saddam no deserto aberto pelas “bombas inteligentes” estado-unidenses [durante a primeira Guerra do Golfo], constataram que sua única chance de sobrevivência estava em lutar guerras futuras nas selvas urbanas do mundo subdesenvolvido.<sup>138</sup>

Essas perspectivas sugerem, como afirma Duane Schattle, do Escritório de Operações do Comando de Forças Conjuntas dos EUA, que “as cidades são o problema”<sup>139</sup> para o poder militar estado-unidense. Na mesma linha, James Lasswell, chefe do Escritório de Ciência e Tecnologia do Laboratório de Guerra da Marinha, acredita que “o urbano é o futuro” e que “tudo pelo que

<sup>137</sup> Ralph Peters, “Our Soldiers, Their Cities”, *Parameters, US Army War College Quarterly*, v. 26, n. 1, 1996, p. 43.

<sup>138</sup> Ashley Dawson, “Combat In Hell”, cit., p. 172.

<sup>139</sup> Nick Turse, “Slum Fights: The Pentagon Plans for a New Hundred Years’ War”, *Tom Dispatch*, 11 out. 2007.

vale a pena lutar está no ambiente urbano”. E Wayne Michael Hall, consultor do Escritório de Operações Urbanas Conjuntas, postula que as forças estado-unidenses “vão lutar em terreno urbano pelos próximos cem anos”<sup>140</sup>.

### Viradas culturais, poder em declínio

No entanto, é impressionante como discussões vagas dentro das forças militares estado-unidenses sobre a guerra urbana agora estão sendo complementadas por discussões sobre como colonizar as íntimas inflexões da cultura urbana dentro das principais cidades de contrainsurgência. Essa “virada cultural”<sup>141</sup> na doutrina militar urbana e de contrainsurgência se concentra no que o Pentágono chama de “Sistema Terrestre Humano”<sup>142</sup>. Na Guerra Longa, ao que parece, “antropólogos são artigos em alta”<sup>143</sup>.

Além do recrutamento de antropólogos, “os orçamentos do Pentágono refletem um compromisso cada vez maior com a aquisição do chamado ‘conhecimento cultural’”, escreve Roberto González<sup>144</sup>. As especificidades culturais de cidades e distritos agora estão, portanto, sendo copiadas e simuladas. Soldados estado-unidenses estão recebendo treinamento rudimentar para apreciar as tradições culturais iraquianas, o urbanismo islâmico, a complexa composição étnica do Iraque e tradições e costumes locais. Especificamente, estão sendo realizados estudos militares da cidade islâmica, carregados de clichês orientalistas<sup>145</sup>. O objetivo de compilar dados antropológicos e

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Ver Derek Gregory, “‘The Rush to the Intimate’: Counterinsurgency and the Cultural Turn in Late Modern War”, *Radical Philosophy*, n. 150, 2008.

<sup>142</sup> Não surpreende que essa tendência tenha enfrentado críticas ferozes de muitos antropólogos acadêmicos. Ver Roberto González “‘Human Terrain’: Past, Present and Future Applications”, *Anthropology Today*, v. 24, n. 1, 2008, p. 21-6.

<sup>143</sup> Laura McNamara, “Culture, Critique and Credibility: Speaking Truth to Power during the Long War”, *Anthropology Today*, v. 23, n. 2, 2007, p. 20-1; e Roberto González, “Towards Mercenary Anthropology? The New US Army Counterinsurgency Manual FM 3-24 and the Military-Anthropology Complex”, *Anthropology Today*, v. 23, n. 3, 2007, p. 14-5.

<sup>144</sup> Roberto González, “‘Human Terrain’”, cit., p. 22.

<sup>145</sup> Ver Louis DiMarco, *Traditions, Changes, and Challenges: Military Operations and the Middle Eastern City* (Fort Leavenworth [KS], US Army Combat Studies Institute Press, 2006, série Global War on Terrorism Occasional Paper, n. 1).

etnográficos sobre o terreno humano das operações estado-unidenses de contrainsurgência é, ao que parece, como afirma González, “ajudar a ganhar as lutas de ‘vontade e legitimidade’” (talvez pelo uso de propaganda política), para “trazer à tona as redes insurgentes de bombas de fabricação caseira [IED, na sigla em inglês]” (presumivelmente para transformá-los em alvos) e para funcionar como “um elemento de poder de combate” (isto é, como arma). A preocupação aqui, ele comenta, é que

num futuro próximo, agentes talvez usem perfis culturais para mirar, de forma preventiva, insurgentes ou extremistas estatisticamente prováveis (em vez de reais) no Iraque, Afeganistão, Paquistão ou em outros países considerados refúgios de terroristas.<sup>146</sup>

O uso da chamada consciência cultural como arma contra as insurgências iraquianas é, no entanto, completamente fraudulento. Em sua tentativa de reposicionar as forças americanas como pouco mais do que espectadores inocentes em meio à carnificina das ruas de Bagdá, ele ofusca e higieniza a violência imperial e a insegurança radical geradas exatamente pela presença dessas forças<sup>147</sup>, e, em vez disso, coloca toda a culpa dessas condições nas patologias criadas pelas diferenças étnicas e sectárias dentro do Iraque. Isso obscurece a presença provocadora e as ações assassinas dos militares americanos, junto com suas forças representantes e legiões mercenárias. E deixa de levar em consideração as maneiras complexas como uma miríade de acordos entre as Forças Armadas dos Estados Unidos, seus regimes de fachada e suas milícias representantes e um amplo espectro de militares privados contratados aumentaram muito, e de fato exploraram, as tensões sectárias no Iraque e, assim, promoveram programas de limpeza étnica.

Esse fracasso é sintomático de um problema muito mais amplo que permeia a virada cultural e urbana na doutrina militar estado-unidense. Ele corrobora uma discussão altamente tecnocrática e tecnófila que gira em torno do que Ashley Dawson chama de “uma predominância cada vez maior de zonas de combate urbanas”, combinada com a completa inabilidade de “reconhecer as forças políticas e econômicas subjacentes que movem a urbanização nas megacidades do Sul global”<sup>148</sup>. Ao não abordar as causas que estão na

<sup>146</sup> Roberto González, “Human Terrain”, cit., p. 21-6.

<sup>147</sup> Derek Gregory, “The Rush to the Intimate”, cit.

<sup>148</sup> Ashley Dawson, “Combat in Hell”, cit., p. 171.

raiz da extrema polarização e da violência geradas pela neoliberalização e do enorme crescimento de assentamentos informais, o discurso militar urbano simplesmente faz eco para o catastrófico fracasso das elites políticas e econômicas do mundo em “questionar como integrar o excedente de humanidade do Sul global à economia global”. A melhor interpretação para as fantasias alimentadas por teóricos militares estado-unidenses de controle dos assentamentos e das cidades em desenvolvimento do mundo provavelmente é o que Dawson chama de “índice de declínio da hegemonia do poder imperial dos Estados Unidos, em vez de um sinal da potência invencível do império”<sup>149</sup>. Em 2009, ao testemunhar o rápido declínio de poder da economia estado-unidense, cambaleando sob a atual crise econômica, é difícil não discordar. Claro, isso não significa que essas fantasias militares não trazem consequências. Ao contrário, como fica claro no capítulo a seguir, elas refletem formas de pensar que têm raízes profundas e são extremamente problemáticas, ao transformar nosso mundo em urbanização em uma geografia perigosamente sedutora de bondade *versus* hostilidade.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 174.